

MANIFESTA

ASSEMBLEIA, FEIRA E FESTA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

Os 25 anos da Animar, não poderiam ser celebrados sem a MANIFesta - Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local e da Economia Social e Solidária, a iniciativa de maior prestígio em termos de afirmação pública do Desenvolvimento Local em Portugal, um espaço de encontro de organizações e agentes da Economia Social e Solidária de todo o território.

A MANIFesta representa o movimento associativo e traduz a capacidade de mobilização das organizações da economia social e solidária, numa lógica de REDE, em torno de temas, problemáticas e preocupações comuns. Espelha, igualmente, a afirmação da identidade das Organizações de Desenvolvimento Local e dos seus e suas representantes enquanto agentes e motores do desenvolvimento, da criatividade e competência, e impulsionadores dos princípios do desenvolvimento local.

Após o lançamento da publicação de Olga Fernandes *MANIFesta, Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local – Uma Forma de Expressão e de Vitalidade das Comunidades*, em 2017, com partes dos seus conteúdos aqui recuperados, esta edição da *VeZ e Voz* vem também recordar o papel fundamental das MANIFestas e das suas declarações que tanto marcaram a relevância do desenvolvimento local em Portugal.

O conjunto de iniciativas MANIFesta realizado desde 1994 até 2016, contribuiu, até à atualidade, para o reforço e consolidação do desenvolvimento local integrado, potenciando espaços

de aprendizagem, de reflexão e debate; combatendo a separação das organizações; promovendo visibilidades; valorizando espaços e processos participativos e, sobretudo, gerando uma rede entre as organizações da Economia Social e Solidária e seus agentes. Permitted, também, a defesa e a reivindicação dos interesses dos associados da Animar através da abertura de espaços de discussão alargada e criando formas de participação ativa, visível, por exemplo, através da organização das iniciativas nos seus territórios, com base no trabalho conjunto entre organizações.

De acordo com os princípios expostos nas diversas Declarações que resultaram das iniciativas MANIFesta é visível também a preocupação de estas se traduzirem num diálogo com os poderes institucionais, nas suas diferentes escalas territoriais e nos diversos setores e instâncias, tentando em simultâneo instituir processos de cooperação e defesa dos interesses das organizações. A realização da iniciativa preenche uma dimensão de afirmação da identidade das organizações potenciando uma voz coletiva e organizada em defesa dos valores e da especificidade da economia social e solidária.

Esta *Veze e Voz* é assim uma celebração da MANIFesta pela vez de quem a fez, de quem a sentiu, e por aqueles que a continuam a sentir como espaço único na sociedade portuguesa, reinventado pelo tempo, com a esperança de continuar a contribuir para a afirmação do Desenvolvimento Local em Portugal.

MARCO DOMINGUES

Presidente da Animar

COOLABORAÇÕES

Alberto Melo

Anabela Pereira

António Barata

António Pedro Dores

Célia Lavado

Graça Rojão

Helena Magalhães

José Carlos Albino

Luís Moreno

Marco Domingues

Margarida Antunes

Miguel Torres

Olga Fernandes

Tânia Gaspar

VEZE E VOZ

Revista da Animar
Associação Portuguesa para o
Desenvolvimento Local
Nº 8 (3ª Série) 2017

Director

Marco Domingues

Edição e Imagem

António Barata

Correspondência

Av. Santos Dumont, 57 - 1º Esq.
1050-202 LISBOA

Telef.: 21 952 74 50/1
animar@animar-dl.pt
www.animar-dl.pt
www.facebook.com/
associacao.animar

ISSN: 1646-852X

Impressão

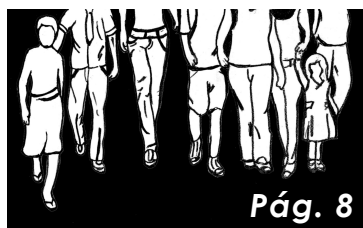
SPDA/FENACAM
Complexo Industrial B 1
Estrada da Lapa, 1
2665-540 VENDA DO PINHEIRO

Tiragem: 600 exemplares

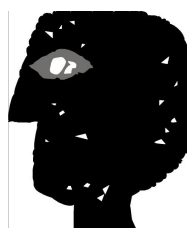
Distribuição gratuita

As opiniões expressas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores

A revista *Veze e Voz* respeita as opções dos autores dos textos relativamente ao acordo ortográfico da língua portuguesa



Pág. 8



Pág. 22



Pág. 25



Pág. 34



Pág. 37



Pág. 40



Pág. 45



REGISTO

Pág. 55

EDITORIAL

3 MANIFESTA - Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local e da Economia Social
Marco Domingues

ECONOMIA SOCIAL E POLÍTICAS DE EMPREGO

6 A economia social e o mercado de trabalho no contexto das políticas de emprego
Manuela Antunes

ANIMAR - 25 ANOS
No 25º Aniversário da rede Animar (1993 | Setembro | 2018)

18 Breve testemunho de um breve mandato
Alberto Melo

20 (Re)Animar 25
José Carlos Albino

23 Entre primeira pessoa e pessoas várias: enredado em desafios de geografias e territórios
Luís Moreno

32 As minhas saudades são do futuro!
Miguel Torres

35 Democracia
António Pedro Dores

38 O nosso olhar sobre a Animar
Anabela Pereira, António Barata, Célia Lavado, Helena Magalhães, Olga Fernandes e Tânia Gaspar

43 Desenvolver ou decrescer: alternativas

a um sistema insustentável
Graça Rojão

REGISTO

53 O que é o Desenvolvimento Local e a relação com a Economia Social

56 ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal +Igual

59 Estatuto da Pequena Agricultura Familiar



A ECONOMIA SOCIAL E O MERCADO DE TRABALHO

NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO

Manuela Antunes

Licenciada em economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e mestre em Economia Europeia pela mesma faculdade. É professora auxiliar da FEUC, coordenadora adjunta do Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social, e Coordenadora da pós-Graduação em Economia Social: Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade. É ainda investigadora do Centre for Business and Economics Research (CeBER) da FEUC.

ANALISADAS AS DUAS CARACTERÍSTICAS MARCANTE DO MODELO DA ECONOMIA GLOBAL – A DESVALORIZAÇÃO RELATIVA DOS RENDIMENTOS SALARIAIS E A DESVALORIZAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA – IMPORTA DISCUTIR O ENQUADRAMENTO DA ECONOMIA SOCIAL NESTE MODELO. O CASO PORTUGUÊS E, EM PARTICULAR, A CRIAÇÃO DE EMPREGO NAS OES É UM CASO ÚTIL PARA DEBATER A QUESTÃO. ISTO PODE SER FEITO QUER ATRAVÉS DA ANÁLISE DAS MEDIDAS DE EMPREGO DISPONIBILIZADAS PELOS DIFERENTES GOVERNOS E A QUE AS OES RECORREM FREQUENTEMENTE, QUER PENSANDO NA ARTICULAÇÃO DO ESTADO COM ESTAS ORGANIZAÇÕES.

A leitura dos planos nacionais de emprego portugueses (1999 a 2008-2010), onde estão identificadas as linhas diretrizes para o emprego emanadas da EEE [Estratégia Europeia para o Emprego] que apelavam então às OES [Organizações da Economia Social], e a análise dos apoios e incentivos ao emprego que envolvem atualmente as entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos permitem identificar três tipos de políticas de emprego: a) inserção no mercado de trabalho de grupos espe-

cíficos: pessoas com deficiência e incapacidades, minorias étnicas, imigrantes, jovens, desempregados subsidiados, desempregados de longa duração; b) promoção de ações de formação através de incentivos fiscais ou financeiros; e c) promoção de estágios, criação de emprego a tempo parcial ou não, criação do próprio emprego, criação de emprego com reembolso da Taxa Social Única ou com apoio direto à retribuição.

O facto de as OES aparecerem como promotoras destas políticas de emprego suscita algumas considerações quanto à ligação ou enquadramento da economia social no modelo económico europeu. Nesta matéria, vale a pena lembrar Donzelot (2008) quando aponta para o facto de o social, hoje, se encontrar definido de acordo com a luta contra a exclusão tendo como perspectiva o crescimento da competitividade, o que levou a privilegiar-se as causas subjetivas dos problemas sociais. Assim, no âmbito das políticas de emprego, apela-se à economia social para que esta participe, colabore, nesta conceção do social característica do modelo económico presente. No que se refere propriamente ao desemprego, desvalorizando-se as suas causas objetivas que decorrem dos problemas macroeconómicos, a questão que se coloca já não é tanto identificar e resolver os disfuncionamentos do sistema económico que o podem gerar, mas mais promover a igualdade de oportunidades ou, sobretudo, novas oportunidades para os grupos menos favorecidos do mercado de trabalho ou, utilizando o linguagem do modelo, melhorar a sua “empregabilidade”, podendo-se assim de seguida envolvê-los no objetivo coletivo de melhoria da competitividade. Aliás, esta perspectiva está de acordo com a conceção microeconómica do desemprego e com a ideia de que o desemprego é de responsabilidade individual (...). O envolvimento destes grupos pode ser feito aproveitando as especificidades e as necessidades de algumas OES ou promovendo no seu seio ações de formação profissional e estágios que supostamente melhoram as capacidades e as possibilidades de quem beneficia delas. Para Donzelot (2008:23), as OES “são utilizadas não só para melhorar a gestão do social [tal como é entendido agora],

como também para difundir junto do público deste a mensagem da concorrência, a inclusão social que passa necessariamente pela adesão às regras daquela”. Em 2010, a própria UE assume claramente esta perspetiva quanto à economia social quando num documento da Comissão Europeia intitulado *“Um Acto para o Mercado Único. Para uma economia social de mercado altamente competitiva: 50 propostas para, juntos, melhor trabalhar, empreender e fazer comércio”* propõe a utilização do “enorme potencial de inovação no domínio da economia social” para reduzir “problemas socioeconómicos graves, com frequência radicados em situações de exclusão” (Comissão Europeia, 2010: 29).

Em Portugal, o documento *Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020* (Governo de Portugal, 2014) que enquadra as atuais políticas de emprego, permite ver com clareza a forma como se valoriza as causas subjetivas do desemprego e se apela à economia social para as colmatar. Apesar de se afirmar que em Portugal o nível elevado de desemprego se deve à crise económica, nada mais é refletido sobre este assunto. Passa-se imediatamente a referir as características do mercado de trabalho e dos trabalhadores que se julgam impeditivas da criação de mais e melhor emprego e, nesse sentido, sugere-se então políticas de emprego dirigidas diretamente àquele mercado. Neste contexto, salienta-se a ideia de que as OES têm papel relevante na criação de emprego e no suporte na concretização destas mesmas políticas.

Algumas políticas de emprego onde se convocam as OES são esclarecedoras quanto ao modelo económico subjacente. Um caso disso é o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do

Apesar de se afirmar que o nível elevado de desemprego se deve à crise económica, nada mais é refletido sobre este assunto. Passa-se imediatamente a referir as características do mercado de trabalho e dos trabalhadores que se julgam impeditivas da criação de mais e melhor emprego

Próprio Emprego (PAECPE). Este programa tem como objetivo prestar apoio financeiro e técnico à criação do próprio emprego e à criação de empresas de pequena dimensão e cooperativas que criem empregos. Como o próprio nome mostra, tem associada a lógica de valorização do “empreendedorismo”. Este tem por base a ideia de que o desemprego é voluntário e de responsabilidade individual, cabendo ao próprio indivíduo desempregado criar as condições de regresso a uma atividade profissional, disponibilizando o Estado, neste caso, diversos apoios e incentivos. No mesmo sentido, considera assim que as condições macroeconómicas para a criação ou não de emprego são despididas, ou seja, independentemente destas condições, é sempre possível criar o próprio emprego, sendo suficiente ter iniciativa e estar-se disposto a assumir riscos.

(...)

Outra medida de política de emprego que pode para este propósito ser referida é o Contrato Emprego-Inserção (CEI). Destina-se a desempregados a receber o subsídio de desemprego ou o subsídio social de desemprego e pretende promover a realização, por desempregados subsidiados, de “trabalho socialmente necessário”

no âmbito de projetos promovidos por entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de doze meses. Por “trabalho socialmente necessário” entende-se o trabalho realizado por desempregados inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional em atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, atividades estas que não podem visar a ocupação de postos de trabalho.

O CEI é mais uma medida de apoio ao emprego que tem subjacente o mesmo tipo de mercado



de trabalho e, inerente a isto, uma conceção de subsídio de desemprego que desvirtua a sua ideia original. Este subsídio constitui por natureza um rendimento de substituição para quem está desempregado e que o apoia igualmente na procura de um novo emprego. É um direito de quem contribui durante um período mínimo para o sistema de segurança social. (...) de acordo com o mercado de trabalho de conceção neoclássica, o subsídio de desemprego é considerado um “salário de reserva” que desincentiva a procura de emprego e limita as possibilidades de aceitação de emprego e é com esta fundamentação que se têm alterado os sistemas de subsídio de desemprego em muitos países europeus. Deste modo, cada vez mais os subsídios de desemprego se vão tornando em subsídios à procura de emprego, negligenciando assim a sua

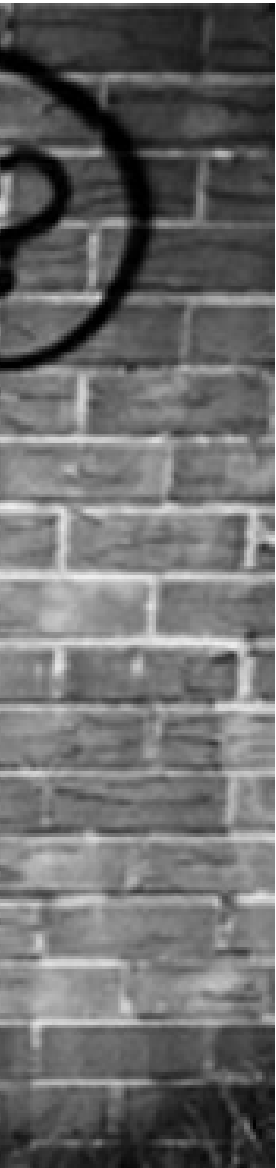
característica de estabilização de rendimentos. Ora, com o CEI, o subsídio de desemprego já não é considerado um rendimento de substituição de quem perde um emprego, também não é visto como um subsídio à procura de emprego, ele constitui antes um subsídio ao emprego atribuído ao empregador. Com esta transfiguração sucessiva, é a própria lógica de proteção social que lhe é inerente que é posta em causa.

Vale a pena analisar igualmente as condições deste tipo de “emprego/ocupação”. Como se sabe, o subsídio de desemprego é apenas uma parte do salário anteriormente auferido pelo desempregado. No caso do CEI, o beneficiário continua a receber o subsídio de desemprego, sendo este complementado por uma pequena bolsa que normalmente não cobre a diferença entre o salário anteriormente



auferido e o subsídio de desemprego. Sendo assim, este tipo de contrato significa uma regressão salarial, uma vez que a atividade a desenvolver tem de ser compatível com a qualificação ou a experiência profissional do beneficiário; caso contrário, este poderá recusar-se a aceitá-lo. Porque este tipo de contrato tem como duração máxima o período de concessão do subsídio de desemprego ainda não decorrido e desde que não exceda doze meses, trata-se de um “emprego/ocupação” precário, embora

muitas das vezes corresponda a um posto de trabalho, o que por si só não poderia ser, e mais a um posto de trabalho que satisfaz necessidades permanentes. Neste caso, as entidades promotoras dos projetos de inserção nos quais se inclui este tipo de contrato vão renovando beneficiários no mesmo posto de trabalho, substituindo ou não contratando trabalhadores, não subsidiados, que poderiam exercer de forma mais permanente as funções correspondentes. Daqui resultam dúvidas quanto à criação líquida



de emprego desta medida de apoio ao emprego¹. Na verdade, havendo um efeito de deslocação que decorre da substituição de trabalhadores não subsidiados por trabalhadores beneficiários dos CEIs, isto leva à destruição ou à não criação de um emprego “normal” em prol de um “emprego” subsidiado ao qual não está associado um estatuto de trabalhador. Para além desta situação, pode acontecer que a criação de emprego através da contratação de um trabalhador normal ocorreria mesmo sem o CEI e, neste caso, o recurso a esta medida impossibilita a criação de um emprego normal, beneficiando apenas as OES de uma vantagem financeira no campo das despesas com o pessoal. Pode assim acontecer também um efeito de “ganho inesperado” pelo facto de se poder utilizar um beneficiário de um CEI, cujos encargos financeiros são suportados

maioritariamente por ele próprio, através do subsídio de desemprego a que tem direito, deixando de se contratar alguém que se pensaria contratar independentemente da existência desta medida de emprego e cujos encargos seriam da responsabilidade das OES. É neste sentido que aponta Paiva *et al.* (2015) num estudo sobre a empregabilidade na economia social em Portugal. A perspectiva de ordem financeira de um CEI por parte das OES claramente privilegia a ideia de o salário como um mero custo de produção, equiparando-se estas organizações neste aspeto a uma empresa do setor mercantil. Adicionalmente, mas não menos importante, coloca dúvidas quanto ao cumprimento do objetivo formal desta medida que é o de promover a “empregabilidade” de quem está numa situação de desemprego.

A reconfiguração do papel do Estado inerente ao modelo económico presente permite perceber melhor o enquadramento da economia social neste modelo. O processo de transferência de competências na prestação de serviços de ação social para o setor não público numa lógica de redução do peso do Estado e de descida/contenção das despesas públicas atinge também as OES ligadas à prestação destes serviços, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Desde meados dos anos de 1980 que o número destas organizações tem subido substancialmente, fenómeno cuja explicação pode ser encontrada essencial-

mente em três ordens de razão. Em primeiro lugar, a afirmação do papel intervencionista do Estado em matéria de segurança social pós-Revolução de 1974, que se consubstanciou na primeira lei de bases em 1984. O Estado assume então este papel

No caso do CEI (...) este tipo de contrato significa uma regressão salarial, uma vez que a atividade a desenvolver tem de ser compatível com a qualificação ou a experiência profissional do beneficiário

1) Desde 2011, que os beneficiários dos CEIs enquanto beneficiam da medida são contabilizados como empregados.

A perspetiva de ordem financeira de um CEI por parte das OES claramente privilegia a ideia de o salário como um mero custo de produção, equiparando-se estas organizações neste aspeto a uma empresa do setor mercantil.

Adicionalmente, mas não menos importante, coloca dúvidas quanto ao cumprimento do objetivo formal desta medida que é o de promover a “empregabilidade” de quem está numa situação de desemprego



na prestação de serviços de ação social e, para isso, utilizou desde o princípio a capacidade instalada das IPSS². A própria Constituição de 1976 expressa que o novo sistema de segurança social não prejudicará estas instituições, que serão assim “permitidas” (artigo 63.º) e passíveis de colaborar no cumprimento dos objetivos de segurança social. A segunda ordem de razão foi o financiamento via fundos europeus permitido pela adesão de Portugal

2) As antigas instituições particulares de assistência que existiam antes de Abril de 1974.

à Comunidade Económica Europeia (hoje UE) em 1986, passando estes fundos a constituir uma fonte de financiamento privilegiada no alargamento da rede de equipamentos sociais.

Por fim, e cada vez mais determinante, a partir dos anos de 1990, a opção política dos diversos governos em não assumir diretamente a prestação de serviços na área da ação social, transferindo a sua prestação para o setor não público. Esta opção tem dois fundamentos bem evidentes. Um é a assunção do modelo da economia global em Portugal que vinha decorrendo desde finais dos anos de 1980 e nesse sentido pensar-se também que no campo da



ação social as entidades não públicas seriam mais eficazes na concretização dos objetivos e mais eficientes na gestão de recursos financeiros. Assim, a partir de 1989, no âmbito da prestação de serviços de ação social, alarga-se a possibilidade de transferência de competências para as IPSS. A revisão constitucional consagra “o direito de constituição de instituições particulares de solidariedade social não lucrativas com vista à prossecução dos objetivos de segurança social...” (artigo 63.º), pondo fim assim à versão original em que estas instituições eram simplesmente “permitidas”. É também a partir de 1989, que se assiste a um recuo na conce-

ção de base do Serviço Nacional de Saúde, sendo a responsabilidade exclusiva do Estado na prestação desses serviços substituída pela responsabilidade conjunta do Estado e dos cidadãos, dando espaço ao setor privado e social. De âmbito mais geral, é também a partir de então que se inicia o processo de privatizações de alguns setores económicos e se reconfigura a política macroeconómica portuguesa³. O outro fundamento, claramente incrus-

3) Para mais desenvolvimentos sobre a adoção do modelo da economia global em Portugal, ver Lopes e Antunes (2016).

tado no primeiro, é a vontade política de Portugal pertencer ao grupo fundador da zona euro, o que implicou a necessidade de cumprimento dos critérios de adesão respeitantes ao défice público e à dívida pública (pesos no PIB não superiores respetivamente a 3% e a 60%). É verdade que do lado das OES este processo de transferência significava não só maior visibilidade e preponderância como também a possibilidade de alargar o seu campo de atuação na área da proteção social, tendo garantido em todo ou em parte financiamento público e europeu para o efeito. A ligação entre o Estado e as OES tem-se traduzido em acordos de cooperação com vista à cobertura do território nacional de equipamentos sociais e à prestação de serviços de ação social, para as quais o Estado contribui com meios financeiros. As despesas públicas com os acordos de cooperação com estas organizações têm subido notoriamente desde os anos de 2000. Entre 2002 e 2008 estas despesas aumentaram 43,4% e o peso das despesas públicas da ação social com estes acordos têm crescido sucessivamente desde

1998 (de cerca de 63% passou para cerca de 75%, em 2008), mantendo-se até hoje estes valores. Até 2013, o Estado detinha os poderes de fiscalização e inspeção para garantir o cumprimento dos objetivos acordados, assumindo-se como o superior garante dos objetivos de desenvolvimento social, o que se traduziu na definição de prioridades, objetivos e programas nesta matéria. Em 2013, há uma mudança no paradigma do modelo de cooperação. Tal como o governo de então assumia, “[deixa-se] o conceito de Estado Tutelar para uma relação de Estado Parceiro” (Governo de Portugal, 2015: 13), passando então a assumir-se uma lógica de partilha de objetivos e interesses comuns e de repartição de obrigações e responsabilidades, em que o Estado adota mais uma função de apoio e incentivo às OES em detrimento das funções de acompanhamento e avaliação. Isto claramente representa um novo recuo na provisão pública neste domínio. Esta transferência de competências que se verifica desde os anos de 1980 significa necessariamente transferência de capacidades de criação de emprego.



Neste campo, concretamente, muito do emprego que tem sido criado nas OES tem-no sido devido à intenção política de reduzir o papel intervencionista do Estado, e isto tem-se sentido a dois níveis. Quando se processa a transferência de serviços já existentes, o que leva à redução do emprego público em favor do emprego nestas OES, verificando-se um efeito *crowding out* ao contrário, e quando se cobrem mais necessidades ou se criam outras em que o emprego em vez de ser criado na esfera pública é antes gerado nestas organizações. Há casos em que houve transferência de competências para as IPSS sem que o Estado tivesse garantido simultaneamente a transferência de responsabilidades quanto aos trabalhadores dos equipamentos cuja gestão estava a ser objeto de protocolo, embora tivesse permitido que as funções anteriormente exercidas por estes trabalhadores passassem a ser exercidas nas IPSS por trabalhadores beneficiários dos CEIs, enquanto os funcionários públicos foram deslocados para a categoria de excedentários (Hespanha e Caleiras, 2017: 29).

Macroeconomicamente, tem-se assim assistido a um efeito de substituição de promotores de emprego, politicamente consentido, que obriga a discutir noutros termos a capacidade de criação de emprego das OES.

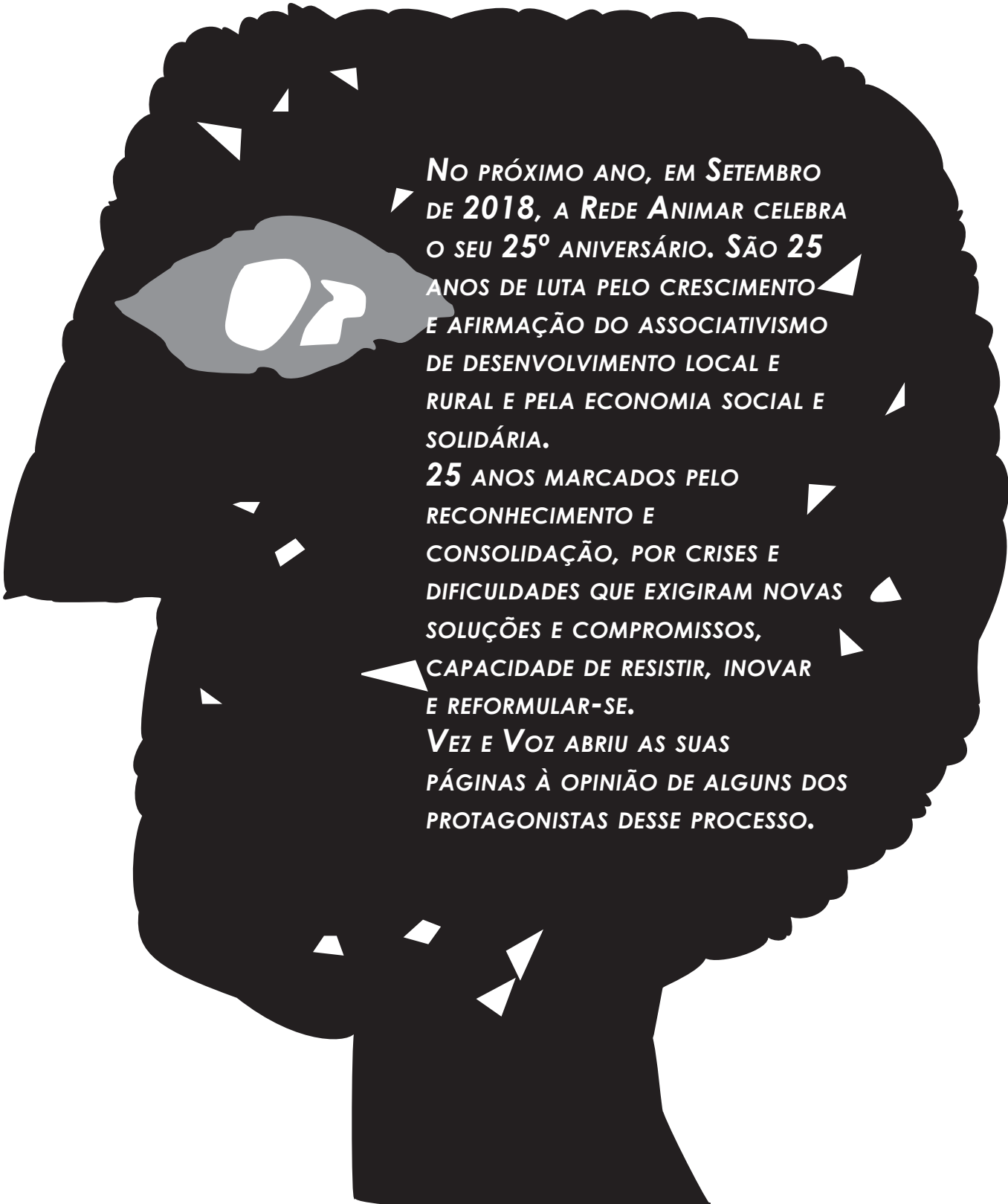
Outras considerações de ordem mais geral e no plano dos princípios podem ser suscitadas quando se discute a utilização por parte da economia social de medidas de emprego delineadas a partir da EEE. Como é genericamente aceite, as OES têm como característica principal “satisfazer as necessidades das pessoas e não tanto de remunerar os investidores capitalistas” e um dos seus princípios, de acordo com o conceito estabelecido na Carta de Princípios da Economia Social, designada pela Conferência Europeia Permanente das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações (CEP-CMAF), consiste precisamente na primazia do indivíduo e do objeto social sobre o capital (Monzón Campos e Chaves Ávila, 2012: 19 e 23). A Lei de Bases da Economia Social portuguesa também refere no artigo 5.º que um dos seus princípios orientadores é “[o] primado das pessoas e dos objetivos sociais”.

Tendo como referência esta conceção de base, pode dizer-se que existe aqui um paradoxo pelo facto de a economia social na UE, e em particular em Portugal, estar a ser implicitamente envolvida em políticas de emprego associadas a uma lógica que tende a mobilizar um conjunto de subsídios e de mínimos sociais para facilitar a criação de certos tipos de emprego ou a ocupação de certos postos de trabalho, de fraca qualidade e de baixos salários e em que muitas das vezes esses mesmos subsídios se tornam meros subsídios ao empregador, quando de facto são um direito de quem está desempregado. Vale a pena igualmente lembrar que estas políticas de emprego estão enquadradas pela EEE que tem como raiz teórica um modelo de mercado de trabalho que assume o salário como um mero custo de produção e não como uma componente do rendimento que pode proporcionar bem-estar a quem o auferir e em que o trabalho tem um estatuto similar ao de uma qualquer mercadoria, sem qualquer dimensão social e humana, dimensão esta que distingue, por definição, o mercado de trabalho de todos os outros mercados. Estando assim a economia social associada a políticas de emprego com este perfil, parece fazer sentido pensar-se que os seus princípios orientadores – a “primazia do indivíduo”, “o primado das pessoas” – têm de ser lidos na perspetiva apenas das funções das OES e não do ponto de vista de como estas funções são exercidas, nomeadamente quanto a o contexto do indivíduo trabalhador nestas organizações e ao relacionamento destas com o mercado de trabalho enquanto empregadoras. Ao ser assim, isto significa que o trabalho tem vindo a ser ou pode ser encarado nas OES como se estas fossem uma empresa com fins lucrativos característica do modelo da economia global, o que parece por natureza contraditório com os princípios da economia social.

(in Economia Social em Textos, nº2, Março de 2017.
Texto integral em www.uc.pt/feuc/ceses/est/2)

**NO
25°
ANIVERSÁRIO
DA
REDE
ANIMAR**

(1993 | SETEMBRO | 2018)



NO PRÓXIMO ANO, EM SETEMBRO DE 2018, A REDE ANIMAR CELEBRA O SEU 25º ANIVERSÁRIO. SÃO 25 ANOS DE LUTA PELO CRESCIMENTO E AFIRMAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E RURAL E PELA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA.

25 ANOS MARCADOS PELO RECONHECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO, POR CRISES E DIFICULDADES QUE EXIGIRAM NOVAS SOLUÇÕES E COMPROMISSOS, CAPACIDADE DE RESISTIR, INOVAR E REFORMULAR-SE.

VEZ E VOZ ABRIU AS SUAS PÁGINAS À OPINIÃO DE ALGUNS DOS PROTAGONISTAS DESSE PROCESSO.

BREVE TESTEMUNHO DE UM BREVE MANDATO



Alberto Melo *(Presidente da Animar de 2001 a 2003; Director da Animar de 1996 a 1999 e membro da Comissão Instaladora da Animar, sempre em representação da In Loco)*



Na corrida de estafeta que corresponde à vida da Animar desde 1983 até aos dias de hoje, empunhei o testemunho de Presidente da Direcção entre 2001 e 2003. Corriam, então, tempos mais faustos do que agora para o Desenvolvimento Local em Portugal, alimentado que era por fundos europeus devidamente focalizados e dinamizado por dezenas de organizações, técnica e materialmente razoavelmente equipadas e de moral bem elevado.

O ponto mais alto deste curto mandato foi, para mim, a preparação e organização da MANIFesta em Tavira, em parceria com a associação In Loco. Aconteceu, de facto, festa e aconteceu manifestação. Esta bela cidade algarvia foi “ocupada” nestes dias, em diferentes espaços, fechados ou a céu aberto, por algumas centenas de participantes activamente envolvidos nas mais diversas actividades: debates, exposições, *stands* de organizações ou projectos, bancas de produtos, passagem de modelos, espectáculos... E o Presidente da República, que era então Jorge Sampaio, percorreu demorada e atentamente o pavilhão central da MANIFesta, onde se encontravam as principais associações responsáveis pelo Desenvolvimento Local no nosso país. Um jornal de larga tiragem publicou diariamente uma reportagem do que de mais relevante ia acontecendo. Que contraste com o silêncio ensurdecedor dos meios de comunicação social de hoje relativamente às questões do desenvolvimento e da vida associativa de natureza cívica e solidária!

Quanto ao ponto mais baixo, terá sido, provavelmente, a audiência com a Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, com a duração de uns

15 a 20 minutos, em que ela, depois de ouvir uma introdução nossa ao trabalho da Animar e das ADL, nos aconselhou “simpaticamente” a dedicarmonos prioritariamente às actividades de cultura e lazer...

Mantivemos, nestes três anos, a rotatividade das reuniões de Direcção, o que permitiu um conhecimento mais concreto das organizações e dos projectos locais e demos continuação à publicação do *Vez e Voz*, criado e baptizado pelo primeiro Presidente da Animar, o nosso caro José Portela.

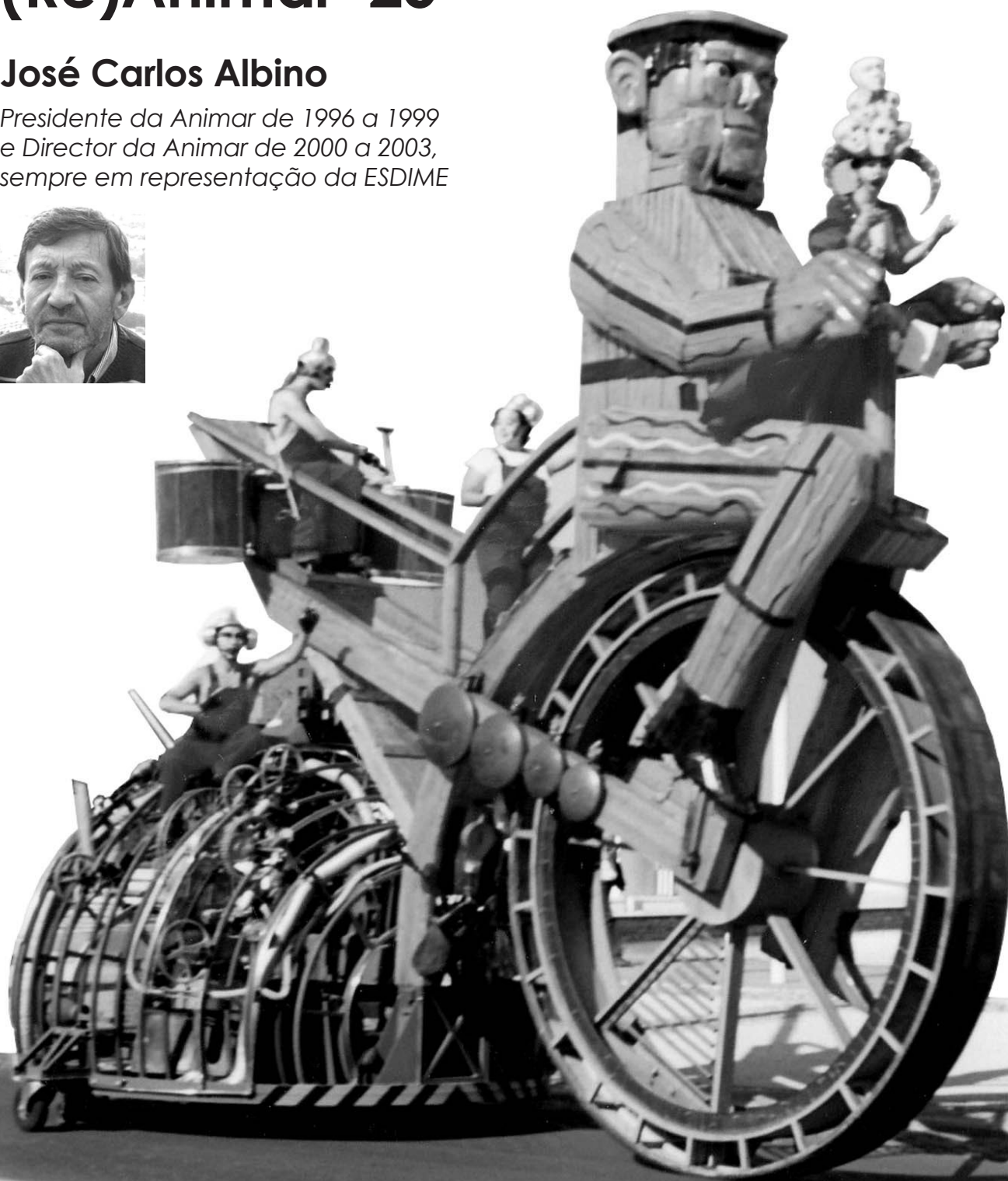
Recordo-me ainda de algumas reuniões com a Federação Minha Terra, tendo por objectivo estabelecer um quadro de cooperação, enquanto outros encontros foram também realizados com um leque alargado de organizações do 3ª Sector, tendo em vista, por um lado, a elaboração de um documento comum de interpelação aos poderes político e, por outro, a eventual criação de uma Plataforma da Sociedade Civil portuguesa. Se não estou em erro, lográmos atingir o primeiro objectivo (embora os tais poderes políticos tenham decerto remetido o documento para o “arquivo morto”), mas o segundo não chegou a dar os primeiros passos. E foi pena, porque ainda acredito que uma cooperação próxima e regular, culminando numa representação comum face ao Estado, deveria ser a grande finalidade das organizações cívicas e solidárias em Portugal, como condição para atingirem, em conjunto, um peso social e institucional determinante.

Para terminar, quero felicitar todos aqueles e todas aquelas que, ao longo destes 25 anos e, particularmente, nos dias de hoje, têm envidado os maiores esforços para, agindo sempre na contra-corrente, conseguirem manter desfraldada a bandeira de um desenvolvimento local concebido e concretizado como o produto de uma cidadania consciente e activa. E os meus votos das maiores alegrias e dos mais retumbantes sucessos para a Animar nos próximos 25 anos.

(Re)Animar 25

José Carlos Albino

*Presidente da Animar de 1996 a 1999
e Director da Animar de 2000 a 2003,
sempre em representação da ESDIME*



Com grandes responsabilidades nas vidas da Animar desde o Encontro do Mezio (1992) até aos inícios deste século, e fruto dos trabalhos para escrever o livro “Contributos para a História do Movimento de Desenvolvimento Local em Portugal”, por ocasião do 10º Aniversário da Animar, e porque “de fora” venho acompanhando o desenvolvimento local e também tido alguma intervenções nele aceitei o desafio de dizer de minha justiça a propósito dos 25 anos da Animar, com total liberdade de expressão.

Não centrada exclusivamente nas vidas da Animar, a minha primeira constatação é a de que o movimento do desenvolvimento local – que cresceu, se organizou e se expressou junto dos poderes e dos públicos (de que as MANIFestas são belos exemplos) –, enquanto “Movimento”, já foi.

De facto, há mais de uma dezena de anos que as organizações que se reclamam do desenvolvimento

local, nos seus territórios têm vindo a perder dinâmicas de real vontade e capacidade de desbravar e promover novas atitudes e processos que rompam com “o mais do mesmo” que os financiadores promovem, sendo que contestação e proposição foi “chão que deu uvas”. E isto porque cooperação e intervenções convergentes entre organizações, mesmo no quadro das mesmas regiões, é coisa que só a espaços e em matérias menores acontecem; antes se vem assistindo a alguma lógica concorrencial entre elas. Se nestes tempos, novas organizações e novos contextos foram gerados e desenvolveram novas abordagens, tanto como me é possível observar, são processos isolados e algo marginais às questões centrais para o desenvolvimento local; mas potenciais lufadas de ar fresco.

Indo diretamente à Animar, esquecendo as derivas diretivas a partir de 2010, esta foi perdendo qualquer capacidade de ser uma plataforma e porta-voz do desenvolvimento local, tendo decidido “enfear-se” de novas “causas” – economia solidária, cidadania e igualdades várias, perdendo o centro das batalhas do desenvolvimento territorial.

Entre uma maioria de organizações “tecnocratizadas” e “domesticadas” com suas estruturas, algumas de vidas comunitárias e redes sem rede, o associativismo cidadão do desenvolvimento local vem definhando, sem novos desafios, sem planos, logo sem voz.

**Só partindo do real
poderemos ganhar
energias e motivações
para que, de novo se
reinventem estratégias e
actores que, nos
territórios e nos palcos
políticos e mediáticos,
conquistem o que os
territórios com todas as
suas gentes ambicionam**



Talvez quadro demasiado negro, de velho saudoso dos tempos das invenções e abandonado, o que é verdade. Mas só partindo do real poderemos ganhar energias e motivações para que de novo se reinventem estratégias e actores que, nos territórios e nos palcos políticos e mediáticos conquistem o que os territórios com todas as suas gentes ambicionam. Termino, **fazendo votos e empenhos para que ressuscitemos e criemos processos graduais e radicais de mudanças para aldeias, vilas, bairros, territórios e cidades de cidadãos activos que combatam e construam presentes e futuros de esperanças sustentáveis.**

Radicais, porque indo às raízes e fazendo o que aqui referi que deixou de ser feito, fugindo dos modelos burocráticos e domesticados, reinventando passados vividos em vivos futuros ! Eu, cá estou!

Haja Animar!



ENTRE
PRIMEIRA PESSOA
E PESSOAS VÁRIAS:
**ENREDADO EM DESAFIOS
DE GEOGRAFIAS
E TERRITÓRIOS**



Luís Moreno

Professor Auxiliar no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT) e investigador no Centro de Estudos Geográficos do IGOT (CEG).

Associado individual da Animar n.º 133. Integrou a Direcção da Animar entre 2000 e 2006, primeiro como Vogal, depois como Tesoureiro.

Nota prévia

Este pequeno contributo, pessoal e feito na primeira pessoa, representa interesses cruzados de filiação na Animar – envolvendo raciocínios da esfera cívico-política, alicerçada em passos da vida associativa e com responsabilidades de direcção entre 2000 e 2006 – e da preocupação com a animação socioterritorial mais ligada às políticas públicas, essa alimentada por práticas do meio académico inerentes à vida profissional do autor. Num primeiro ponto registam-se algumas memórias pessoais sobre a participação própria na Animar. No ponto seguinte faz-se uma reflexão sobre o desafio que é o futuro da rede e do Desenvolvimento Local (DL), embora centrada na questão de melhor “colocar o DL no mapa”, para cimentar visibilidades e induzir outras participações.



INTRÓITO PRIMEIROS PASSOS ANTES DE INTEGRAR DOIS MANDATOS DE DIRECÇÃO

Propus-me/fui proposto como associado da Animar em finais de 1996, na sequência da MANIFesta 96, em Tondela, por influência indirecta do primeiro presidente da Animar, José Portela, e por influência directa do associado João Carlos Neves, que desde 2010 deixou de poder estar entre nós. O primeiro aliciou-me a contribuir para a referida segunda edição da MANIFesta, o que sucedeu com as recolhas que deram lugar à 1.ª mostra de Centros/Núcleos de Estudo e de Investigação com interesse directo para o Desenvolvimento Rural e para o Desenvolvimento Local (ainda houve uma segunda iniciativa idêntica, em 1998, no âmbito da terceira edição da MANIFesta, em Amarante). O segundo acentuou-me o apelo do exercício da cidadania activa e responsável quando se tratava da relação entre pessoas e territórios, como o primeiro, e ainda a via mais directa para concretizar um compromisso para tal. Refiro-me à adesão à Animar, como associado individual, oficialmente desde o início de 1997. Não obstante, já tinha podido ler sobre a constituição da Animar, desde meados de 1993, na medida em que, sendo já membro da Associação da IN

LOCO desde 1989, analisava com atenção o que vinha surgindo na sua revista *A REDE para o Desenvolvimento Local*. O n.º 8 desta publicação (de junho de 1993) já anunciava, na p. 27, o surgimento da “Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural” (apenas em 1997 a designação deixou de incluir a restrição “em Meio Rural”), bem como o folheto/*Boletim Vez e Voz*, com o 1.º número em maio de 1993; mais tarde, desde 2007, ‘tornou-se’ nesta revista *Vez e Voz*.

... se acreditava mais num papel cimeiro desta associação-rede para um processo de valorização interactiva de pessoas e dos seus territórios de exercício, que fosse ao mesmo tempo uma promoção da cidadania activa, de conquista de espaço nos domínios do interesse público/geral

TEMPO DE DIRECÇÃO E DE TRABALHO INDIRECTO

A minha participação na Direcção, nos exercícios de 2000-2003 e 2004-2006¹, atravessou um período de crescimento da Animar, em que se acreditava mais num papel cimeiro desta associação-rede para um processo de valorização interactiva de pessoas – individuais e colectivas

1) *Prescindirei de referir aqui os nomes de tantas pessoas com quem aprendi, quer companheiros/as de direcção quer membros dos outros órgãos sociais, e ainda de vários associados e do corpo técnico, além de parceiros de projectos, porque podem ser consultados nos espaços próprios e porque haveria o risco de omissões injustas. Na verdade, seria difícil salientar mais umas pessoas do que outras (salvo os de maior responsabilidade na condução dos processos) pois fui influenciado de modos diferentes e complementares por todos/as aqueles/as com quem interagi no âmbito da vida associativa da Animar.*

– e dos seus territórios de exercício, que fosse ao mesmo tempo uma promoção da cidadania activa, de conquista de espaço nos domínios do interesse público/geral, logo de exercício de responsabilidades cívicas com consequências políticas. Ao longo desta fase, como também de outras, procuravam-se mais recursos para o uso civicamente oportuno do tempo – a vez – e a ocupação estratégica de espaço(s) – a voz, instrumento da presença e influência no espaço relacional dos actores com responsabilidades – atribuídas e/ou sentidas – na sociedade, na economia (plural) e nos territórios.

Procurando viabilizar a dimensão positiva dos balanços entre ânimos e desânimos, após expectativas frustradas inerentes a insucessos na obtenção de meios instrumentais para a animação socioterritorial (em particular, ao não poder contar com a estrutura de “Animação LEADER”, ganha por concurso pela INDE, na base do que veio a constituir-se como a

Federação Minha Terra, desde 2000), tiveram de ser trilhados caminhos alternativos orientados para a dotação de meios. As interpelações cívicas ao poder político procuravam exercer pressão para a obtenção de condições de exercício de uma cidadania mais empoderada. A busca de projectos que para tal concorressem, também.

A minha colaboração mais activa – como membro da direcção – só pôde ter lugar após 2002, estando até lá em processo de estudo académico, observando as vias de realização do Desenvolvimento Local em Portugal continental, sobretudo na perspectiva das estruturas associativas comprometidas em tal processo². Estar ‘dentro e fora’ da Animar foi especial-

2) *Refiro-me à tese de doutoramento (Moreno, 2002), depois mais divulgada no espaço web com ajustamentos e outro título (Moreno, 2007a).*



mente proveitoso, pois permitia a isenção reflexiva da visão de fora e o benefício do acesso por dentro às diferenciadas e críticas componentes associativas – além das individuais – da rede Animar. O facto de a Animar ser compósita, formada por pessoas colectivas e individuais de variadas origens e presenças geográficas, traduzindo diferentes posições ideológicas e interesses práticos, facilitou uma abordagem multi-perspectivada e crítica face à realidade e à problemática da cidadania activa organizada para a valorização socioterritorial.

Entre 2002 e 2006 tive o privilégio de poder sentir a realidade portuguesa num contexto mais alargado, ao representar a Animar em alguns projectos europeus da ACN (*Active Citizenship Network* – www.activecitizenship.net), iniciativas de abrangência europeia coordenadas pelo movimento italiano “Cittadinanzattiva”: a) “Rethinking the Principle of Subsidiarity” (agosto 2002 – março 2003); b)

“Citizens For The New Europe” (setembro 2002 – dezembro 2003); c) “European Charter of Rights of Civic Participation: a common ground for European Civic Activism” (maio 2005 – abril 2006, este em colaboração com a *Active Citizenship Foundation* – Fondaca). Este último projecto deu origem à Carta Europeia da Cidadania Activa/*European Charter of Active Citizenship*³, que se inspira na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, cuja inscrição nos muros de cidades portuguesas (2003-2006) foi objecto de um outro projecto participado pela Animar, em parceria com o Centro de Informação Europeia Jacques Delors e a Associação Inscire⁴. Também no projecto EQUAL “Con-

3) www.activecitizenship.net/files/civic-activism/carta_europea_ca_eng.pdf

4) www.eurocid.pt/pls/wsl/docs/F12142/000033916.pdf



vergências – Comunicar para Valorizar” (parceria da Animar com a Caritas Portuguesa), a minha colaboração na Animar cingiu-se à participação, em 2003-2004, no projecto transnacional *Local Hallmark Network: Entrepreneurship, Financing and Sustainability*, com coordenação internacional da Acção 2: *Development of Methodologies of Entrepreneurship in the Third System, sensible to gender and multicultural approaches*, traduzida na produção de materiais formativos (vídeo e CD-ROM).

Neste período, pude representar pontualmente a Animar junto de diferentes órgãos ministeriais ou consultivos, tendo sido também responsável por contributos para os seguintes instrumentos de planeamento, no âmbito da resposta a processos de consulta pública – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)⁵. Também com focalização exclusiva no território nacional, foi natural participar também de outras maneiras. Uma das formas refere-se a vários artigos no *Vez e Voz* (nas fases de boletim e de revista), traduzindo pontos da situação, notícias, análises de eventos e até contributos científicos/reflexivos (Moreno, 2007b, 2009, 2014). Outra forma consistiu na supervisão de estágios na ‘animar’ de estudantes de licenciatura (que ajudaram em algum trabalho de base para a edição de

5) Sobre este último, ver a nota 34 em Moreno (2009:46).

2003 do *Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local*) e de um mestrado profissional. Outra ainda diz respeito à colaboração nos processos de realização de algumas edições da MANIFesta (até 2005)⁶, incluindo a dinamização de Assembleias Regionais da Região da Grande Lisboa e diferentes participações nas Finais. Refira-se, por fim, o apoio a projectos de investigação para o desenvolvimento rural (coordenação do ISA, tendo outros parceiros, além da Animar) ou para a inclusão social.

TERRITORIALIDADE, (DÉFICES EM) REPRESENTAÇÕES E OS ‘LUGARES NO MAPA’

Na perspetiva de pensar o futuro do Desenvolvimento Local e da rede Animar, no contexto do seu 25.º aniversário, vale a pena recordar o sentido dos contributos para o Seminário “Desenvolvimento Local: Que Futuro Queremos?” (julho de 2004), a primeira das iniciativas de comemoração dos “10 anos (d)a Animar” (Suplemento “Pensar o Futuro”, da edição nº 84 do *Vez e Voz*, outubro/novembro 2004, 16 p.).

Nessa altura, as reflexões colocavam grande peso nos desafios de então para o desenvolvimento

A capacitação cívica e política, para uma cidadania activa e mais responsável, deveria implicar formas de aprofundamento da democracia, nomeadamente traduzidas no alargamento da participação à sociedade civil organizada, como vários membros da Animar têm afirmado, repetidas vezes

6) Veja-se, a propósito, Moreno (2005), que inclui em anexo um idealizado “Plano Nacional de Desenvolvimento Local” (PNDL), suscitado no âmbito da preparação da MANIFesta 2005, de Trancoso.



territorial (o ‘rural’ e o ‘local’), questionando certas políticas públicas e a controversa territorialização, face às contradições de um país centralista e limitador da participação para a governança, que persiste em deixar a Sociedade Civil bastante “à margem”. Na verdade, ainda hoje persiste a razão da queixa da direcção da Animar expressa dez anos depois, em março de 2014 (entre outras anteriores e posteriores) sob o título “Conselho de Concertação Territorial não envolve Sociedade Civil” (ver no local próprio do espaço web da Animar).

Esta forma de exclusão prende-se com a ortodoxa e tradicional representação do “território”, que lhe dá o significado de espaço de poder, “logo de” controlo dos órgãos do Estado e das autoridades regionais e locais. Ignoram-se assim outros sentidos, como o de

espaço de apropriações várias e de pertenças, logo de poderes vários (e difusos), que deveriam ser objecto de ‘empoderamento’ (*empowerment*) por exercícios de responsabilização dos diversos actores do território. A capacitação cívica e política, para uma cidadania activa e mais responsável, deveria implicar formas de aprofundamento da democracia, nomeadamente traduzidas no alargamento da participação à sociedade civil organizada, como vários membros da Animar têm afirmado, repetidas vezes.

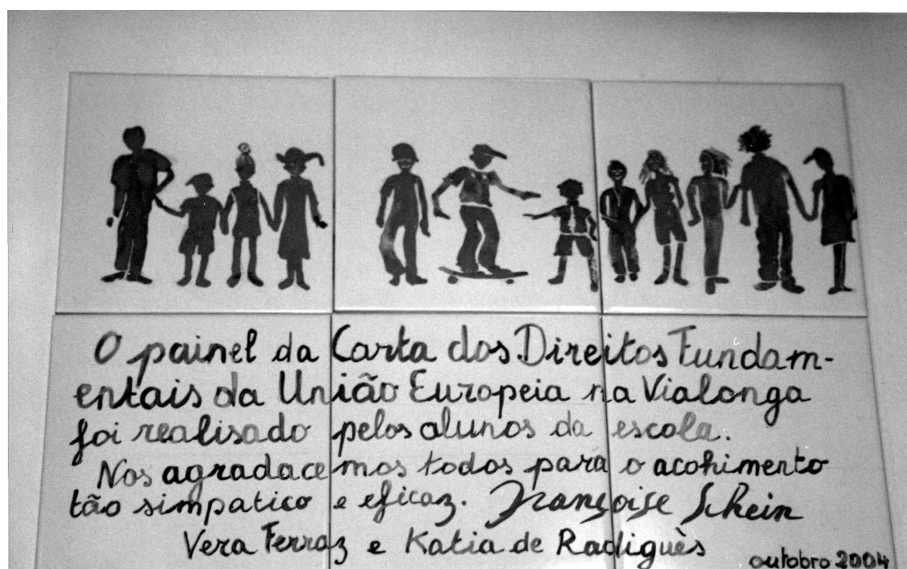
Ora ‘Desenvolvimento Local’ (logo territorial) não deve ter exclusiva apropriação por poderes públicos e precisa de concertação/governança multinível. Não é por acaso que os territórios de intervenção dos Grupos de Acção Local (GAL) implicam desde 1991 algumas participações de organizações da sociedade

civil, em ambientes de articulação com representantes autárquicos, envolvendo práticas de aprendizagem social (institucional, organizacional e pessoal). Mas será que isto chega? Trata-se de uma questão retórica, dado o exposto atrás.

Não é possível ignorar estes processos de aprendizagem societária, associados ao desenvolvimento do capital social em contexto territorial, para além da aprendizagem que resulta dos processos educativos e formativos mais básicos. Há que animar para os saberes e competências para a sustentabilidade, levando a contextos e vontades de aprendizagem – em particular aprender a ser, implicando aprender a conhecer, a fazer e a viver em conjunto – que levem ao exercício mais partilhado e multiplicador de competências sociais e técnicas (ambas em sentido lato). A animação socioterritorial tem de penetrar mais em todos os sistemas, aparelhos e contextos de aprendizagem, mas pugnar pela qualificação adequada e competências para os exercícios cívico-políticos tem de continuar a acompanhar todo o processo.

Um dos problemas do défice de representação cívica nos territórios, sendo também défice democrático e défice de governança, é que esta governança passa por um processo de acreditação (pública) dos actores envolvidos. Tal reconhecimento envolve uma dimensão simbólica e sempre que haja territórios de intervenção, uma relativa valorização simbólica dos poderes – para induzir predisposição para a aceitação por parte dos poderes oficiais – não dispensa a sua representação, tendo a dimensão visual desta grande importância (Moreno, 2013).

Ou seja, além da representação por números e por



elementos identitários das organizações cívicas e solidárias, um elemento visual **a ter maior presença** no espaço público é a representação cartográfica, portanto **o mapa de cada territorialidade de intervenção**. Superar o défice de representação – incluindo a dimensão cartográfica e o entendimento geográfico – será um dos passos para a afirmação das organizações de desenvolvimento local. As autarquias já têm há muito essa representação (mapas administrativos e outros com essa base) e as Comunidades Intermunicipais (CIM) também, pois não há poderes instituídos com incidência territorial sem representação geográfica. A Animar também tem tido, a nível nacional, mas com insuficiências (representações pontuais ou imprecisas, não de espaços locais abrangidos) e com fraca exposição. As diferentes entidades locais pouco (quase nada) têm investido nesta afirmação.

Uma das escalas de representação – ainda ‘impossível’ – é a regional, uma escala que mais pode contribuir para ultrapassar o défice de capilaridade comunitária, com efeitos de valorização endógena e, conforme a recente Comunicação da Animar

ao Iº Congresso Nacional de Economia Social (14-11-2017), defendendo um “desenvolvimento integrado, inclusivo e sustentável”. Este pressupõe uma economia plural⁷, que é necessariamente integradora de concepções ecocêntricas e antropocêntricas e com dimensões que se pretendem compatibilizar, bem como, de forma inerente, a “mobilização e convergência da diversidade”, conforme a Declaração da MANIFesta de Vila Nova de Gaia (2016). Vem também a propósito algo pensado por António Covas em 2004, pelo menos (mas também por outros de nós), sugerindo que a Animar beneficiaria se conseguisse deixar de ser apenas organização associativa de 3.º grau (nacional) e passasse também a incluir, de modo durável, a dimensão de 2.º grau, ou seja com plataformas regionais e mobilização inter-local. Acrescente-se: com representações em mapa, de afirmação propositiva para uma futura governança que melhor traduza a tal ‘convergência da diversidade’.

Em suma, não deixar de pensar em afirmar/construir as diferentes escalas de representação da territorialidade cívica, pois quem não marca presença geográfica nessas, perde visibilidade por “não estar no mapa”.

7) *De mercado, de não-mercado, pública, doméstica/familiar, de autoconsumo, social, solidária, relacional, cooperativa, urbana, local, regional, rural, agrícola, industrial, da pesca, do turismo, da distribuição (...), territorial, política, do desenvolvimento, cultural, institucional, de escala, de âmbito, de transação, de rede, microeconomia, macro-economia, verde, azul, circular, ambiental, etc., etc...*

8) *Apenas de títulos do autor, prescindindo neste âmbito de mencionar (repetindo) a identificação da autoria, que é única e objecto de remissão a partir do texto.*

BIBLIOGRAFIA⁸

- 2002 - *Desenvolvimento Local em meio rural: caminhos e caminhanças*. Lisboa, FLUL, dissertação de doutoramento em Geografia Humana, 498 p. + apêndices.
- 2005 - *Densidade relacional e territorial estratégica em meios desfavorecidos: desenvolvimento local e o papel da organizações cívicas e solidárias*. Lisboa, Actas da Conferência “Políticas Públicas para o Desenvolvimento”, Dinâmia/ISCTE, 30 p., CD-ROM.
- 2007a- *Desenvolvimento Territorial - de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhanças*. Lisboa, ed. autor/Univ. Lisboa, FLUL, 379 p. + Apêndice. <http://ceg.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2016/04/LMorenoDesenvTerritRural07.pdf>
- 2007b - “Special Topic: Social Innovation in the Governance of Urban Communities: a Multidisciplinary Perspective. *Urban Studies*, Vol. 42, nr. 11/October 2005, pp. 1969-2088” [Recensão]. *Veze e Voz*, nº 91, 2007, pp. 85-87.
- 2009 - A MANIFesta - Feira e Assembleia do Desenvolvimento Local. O caso de Peniche, 2009 (VII MANIFesta): Inovação Social na resposta à Crise? Enquadramento, Leituras, Análises e Posições em torno de um Processo-Evento. *Veze e Voz* nº 4, II Série, Ano XVI, Junho 2009, pp. 5-82 [autoria do artigo único e do Editorial da revista, acessível em <http://www.animar-dl.pt/comunicacao/vez-e-voz/2256-vez-e-voz-junho-2009>]
- 2013 - *Governança nas Políticas de Desenvolvimento Local e Inovação Institucional*. Lisboa, Ed. Animar/ISA/ INIAV/Rota do Guadiana, 71 p. DOI: 10.13140/2.1.1986.3686
- 2014 - O Rural - Leituras, Dinâmicas, Animação e Desenvolvimento. *Veze e Voz*, Edição Especial, 1.ª & 2.ª ed., Outubro & Dezembro de 2014, 70 p. www.animar-dl.pt/comunicacao/vez-e-voz/2248-vez-e-voz-outubro-2014 [editor]

AS MINHAS SAUDADES SÃO DO FUTURO!



Miguel Torres

(Presidente da Animar de 2006 a 2009 e da Direcção da Animar de 2000 a 2005, sempre em representação da ACERT).

Vem este título a propósito dos 25 anos da Animar, e da minha (nossa) história em comum. Sempre olhei para o movimento do desenvolvimento local, com mais paixão do que razão. Paixão por um projecto de um Portugal mais justo, solidário e consequentemente mais democrático que a Animar, e as associações que a compunham, personificavam. Enquanto dirigente acreditei, acredito, nesse potencial. Acredito que o Portugal que vos descrevo acima é ainda possível. É ainda possível num quadro de renúncia a desistências que se vêm somando consecutivamente nos últimos anos, e que mais do que reflexos individuais têm trágicas consequências colectivas.

A primeira dessas desistências é do Estado! Estou com isto a afirmar que o Estado desistiu do Portugal único, em que todos, dos diferentes interiores (e há tantos interiores no litoral), o habitam e o constroem todos os dias;

A segunda dessas desistências, foi a da defesa dos projectos políticos que o desenvolvimento local em si transportava. Não nos deixemos atemorizar por essa palavra que permitimos se transformasse na fonte de todos os males, em vez de a defendermos como a génese daquilo pelo qual nos batemos continuamente;

A terceira desistência, e toda ela decorre das anteriores, foi a dos processos. Na busca da ilusão de um “mundo cheio de fundos”, deixámos que as nossas organizações (Animar incluída) se transfor-

massem em mecanismos burocratizados intermédios (chamo-lhe intermédios porque o Estado nos convenceu desse suposto “poder” que nos estava a atribuir) entre os fundos, sempre eles, e aqueles que supostamente seriam os nossos beneficiários;

A quarta, e última, é a desistência que nos levou a uma inversão fundamental dos nossos princípios fundadores. Nessa desistência deixámos para trás aquilo que cada vez mais considero essencial, e onde temos novamente que centrar a questão: O importante não somos nós, enquanto indivíduos ou organizações; o importante é aquilo que fazemos em prol dos que beneficiam do nosso trabalho.

Posto isto, pergunta-se o leitor:

— *Mas se assim, porque é que diz no título que só tem saudades do futuro e não de um passado pré desistência?*

Porque não acredito na repetição de formulas; porque não acredito em percursos fechados; porque não acredito em fatalismos.

Acredito, continuo a acreditar, que o Movimento do Desenvolvimento Local vai ser capaz de “escrever” o *Manifesto da Impossibilidade da Desistência*, documento que será a raiz para a renovação de um “sonho” do tal Portugal, mais justo, solidário e, consequentemente, mais democrático. Basta para isso que sigamos o nosso caminho, centrando-nos no essencial – as pessoas e os territórios que as integram.

Para os próximos 25 anos da Animar, um desejo:

Cântico Negro

“Vem por aqui” — dizem-me alguns com
os olhos doces
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: “vem por aqui!”
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali...
A minha glória é esta:
Criar desumanidades!
Não acompanhar ninguém.
— Que eu vivo com o mesmo sem-vontade
Com que rasguei o ventre à minha mãe
Não, não vou por aí! Só vou por onde
Me levam meus próprios passos...
Se ao que busco saber nenhum de vós
responde
Por que me repetis: “vem por aqui!”?

Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
Redemoinhar aos ventos,
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
A ir por aí...
Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens,
E desenhar meus próprios pés na areia
inexplorada!
O mais que faço não vale nada.

Como, pois, sereis vós
Que me dareis impulsos, ferramentas e
coragem
Para eu derrubar os meus obstáculos?...
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
E vós amais o que é fácil!

*Eu amo o Longe e a Miragem,
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...*

*Ide! Tendes estradas,
Tendes jardins, tendes canteiros,
Tendes pátria, tendes tetos,
E tendes regras, e tratados, e filósofos, e
sábios...*

*Eu tenho a minha Loucura!
Levanto-a, como um facho, a arder na
noite escura,*

*E sinto espuma, e sangue, e cânticos
nos lábios...*

*Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém!
Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;
Mas eu, que nunca principio nem acabo,
Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.*

*Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,
Ninguém me peça definições!*

*Ninguém me diga: “vem por aqui!”
A minha vida é um vendaval que se soltou,
É uma onda que se alevantou,
É um átomo a mais que se animou...*

*Não sei por onde vou,
Não sei para onde vou
Sei que não vou por aí!*

José Régio

Democracia



António Pedro Dóres *(Membro dos Corpos Sociais da Animar de 2013 a 2015)*



A minha relação com a Animar é estranha. E já que me pedem para a contar, a propósito do 25º aniversário da mesma, eu conto.

Na mudança do século, tornei-me associado quando a Animar pretendeu sair do seu reduto rural para acolher e incentivar também cooperação nas cidades. Na altura eu era um dos animadores da ACED – Associação Contra a Exclusão pelo Desenvolvimento – criada por presos para denunciar crimes a que as autoridades faziam (e fazem) vista grossa, sobretudo dentro das prisões. O isolamento da Animar, no seu reduto rural, era diferente do meu isolamento urbano, nas prisões. Mas a estratégia de saída era potencialmente sinérgica.

A ACED optou por deixar de contar com dinheiros públicos – de que durante um ano beneficiou – para evitar pressões e dispersão do trabalho que estava a fazer. A Animar, ao contrário, felizmente, saiu da situação de voluntarismo e veio a ser reconhecida pelo estado como uma entidade cujos serviços mereciam ser retribuídos e ampliados, em alguma medida.

Tenho a agradável memória das MANIFestas e dos exercícios de democracia através dos quais elas foram organizadas. Exercícios repetidos durante as próprias MANIFestas.

A democracia não é uma coisa que existe. É uma coisa que se constrói e alimenta, quotidianamente, ou não. A experiência da ACED é a prova das limitações da democracia em Portugal. A indiferença pelo seu trabalho (exposto na internet) é a prova da necessidade de rever a democracia que temos. Claro, são pensamentos meus. Persistentes. Incorporados. Sem violência contra mim (é preciso que se diga). Com a experiência de assistir a violências infames contra gente indefesa.

Quando me convidaram para ser parte de uma candidatura a órgãos sociais da Animar expliquei as minhas distâncias relativamente à mesma. A insistência deveu-se ao facto de haver um programa de retomada da função original da Animar de rede de associações de desenvolvimento local. O diagnóstico da candidatura suportava-se na ideia de não ser bom para a Animar e para o movimento associativo que a Animar fosse, ao mesmo tempo, rede e concorrente nos mesmos concursos que os seus associados. Compreendia-se a tendência de, perante a precariedade organizada pelo estado português para o sector social, que é um modo de manter o controlo político e partidário da actividade associativa, os funcionários e os dirigentes da Animar terem dedicado grande atenção à criação de condições de sobrevivência. Porém, segundo a candidatura, era então a hora de retomar a principal vocação da Animar:



criar estruturas e competências de apoio às associações e aos associados. E como isso me teria sido útil, no meu activismo, caso isso já tivesse sido feito...

Não percebia, nem percebo, dos emaranhados burocrático legais das candidaturas de que tratam os associados da Animar e a Animar. Simpaticamente, ofereceram-me um lugar no Conselho Fiscal, de onde pude observar aquilo que me era dado observar.

A primeira coisa que me chocou foi a radical ausência do sentido democrático que me tinha impressionado tanto, anos atrás. Não sei se

foi recuo ou se foi ausência de avanço. A instrumentalização da Animar tornou-se evidente quando assisti à desvinculação de associados da associação – com apelo público a que outros se lhes seguissem – por parte da lista que perdeu as eleições. As alegações, então avançadas, da falência certa da Animar, a menos que eles próprios

tomassem conta das contas – presumivelmente por saberem fazer contas ou terem amigos bem colocados que as soubessem fazer por eles – deram-me a entender que a partidarite tinha tomado conta da cena. Fiquei certo de não estar do lado errado.

Tentei cumprir as minhas funções, que podem ser avaliadas pelos relatórios anuais que assinei. A impressão com que fico foi a de ter participado em algo equivalente a um secretariado de gestão entre fundos comunitários. No período em que se acabam os projectos e se preparam novos projectos, à espera do dinheiro para poder avançar.

Desejo para a Animar, e para o país, a consciência da necessidade de denunciar aquilo a que hoje se chama democracia – o respeito pela autoridade de quem manda – e criar outra democracia – o respeito por todos e cada um. Não acredito que isso possa ser feito sem uma estratégia de longo prazo, com vista a autonomizar as iniciativas da sociedade civil dos controlos partidários e financeiros que nas últimas décadas têm tornado Portugal o país com menos activismo da Europa; tal estratégia deve ser capaz de acabar com a prática de fazer avaliações rigorosas a projectos que, independentemente das avaliações, são descontinuados. A acabar com as táticas de secretaria de penalizar os adversários ou os inimigos através de cordelinhos que se mexem, perante a indiferença da assistência, à espera de saber quem vai sair vencedor da próxima luta de galos.

A incapacidade da Animar se pronunciar sobre os desastres dos fogos, no verão de 2017, revela a distância a que estamos – sociedade civil – de ter alguma influência naquilo que nos diz directamente respeito. Seremos capaz de animar uma outra democracia?



O NOSSO OLHAR SOBRE A ANIMAR



Anabela Pereira, António Barata, *Técnicos da Animar*
Célia Lavado, Helena
Magalhães, Olga Fernandes
e Tânia Gaspar

Nenhum de nós, técnicos/as da Animar, tinha qualquer ligação à rede Animar quando da sua fundação. A aproximação fez-se por sensibilização pessoal, nas academias e fora delas e, nos últimos anos, por via do envolvimento em projectos. É uma ligação profissional e de causa que dura há cerca de 16 anos para os/as mais antigos/as, e 5 para a mais nova. Ao longo de todo este tempo trabalhamos com as sucessivas direcções e com vários membros da rede, o que nos deu um olhar particular, mas informado, sobre o que foram estes 25 anos de vida da Animar e a convicção de que contribuímos para a continuidade desta e da rede que a suporta. Passámos por crises de natureza diversa, conhecemos altos e baixos, momentos de convívio difícil, outros de que guardamos boas e gratas recordações. As circunstâncias que estão na génese da Animar são conhecidas – existência de todo um tecido associativo e cooperativo popular anterior ao 25 de Abril de 1974, e que conheceu um forte impulso nos 2/3

Trabalhámos com as sucessivas direcções e com vários membros da rede, o que nos deu um olhar particular, mas informado, sobre o que foram estes 25 anos de vida da Animar... Passámos por crises de natureza diversa, conhecemos altos e baixos, momentos de convívio difícil, outros de que guardamos boas e gratas recordações

anos que se lhe seguiram; a adesão à CEE/União Europeia e, com ela, o caudal de fundos de transição, coesão e apoio a iniciativas e projectos visando a melhoria das condições de vida das populações; a atenção que os meios políticos e académicos passaram a dar a um conjunto de movimentos e organizações que se reivindicavam do desenvolvimento local, construído a partir de baixo, tendo as populações como os principais protagonistas e decisores naquilo que às suas comunidades dizia respeito em termos de desenvolvimento e melhoria de condições de existência.

Pensamos que após a fundação da Animar, para a qual foi decisivo o êxito da primeira MANIFESTA, em Santarém, existiram três acontecimentos sem os quais a rede Animar não se teria conseguido estruturar. O primeiro, foi ter-se conseguido realizar de forma continuada as **MANIFsta**, uma afirmação pública e impactante da vitalidade e da importância crescente que o associativismo de desenvolvimento local, rural e cívico estava na altura a ter na sociedade portuguesa; o segundo, o projecto **Os Novos Valores do Desenvolvimento Local**, que permitiu formar toda uma nova geração de quadros e dirigentes associativos de Norte a Sul do país; o terceiro, os projectos enquadrados na **Iniciativa Comunitária Equal**, que possibilitaram a decisão de criar um corpo profissional de técnicos/as capazes de manter



uma estrutura que, devido ao crescimento e importância que a rede Animar tinha adquirido, já não podia ser assegurada de forma amadora, assente em boas vontades e no voluntarismo de cada um.

A importância da Iniciativa Comunitária Equal resultou do facto desta ter apoiado projectos sustentados por parcerias vocacionadas para o fomento e a capacitação das estruturas da sociedade civil organizada. O seu termo (em 2009) abriu uma lacuna que tarda em ser preenchida, e que explica uma boa parte das dificuldades e das crises que as entidades e iniciativas de desenvolvimento local vivem desde então. Nenhum dos quadros comunitários subsequentes permitiu a continuidade do trabalho então desenvolvido, que emergiu da capacidade organizativa local na criação de respostas sociais, culturais, de emprego e de animação das economias locais, num esforço colectivo de combate ao despovoamento e à desertificação, em particular nas zonas rurais e do interior deprimido.

Basicamente, podemos estabelecer duas fases na vida da Animar. A primeira, de crescimento e reconhecimento, traduzida na atenção dada pelos decisores políticos, organismos e instituições várias, às opiniões e posicionamento da Animar e na frequente presença e participação de governantes nacionais, autarcas e detentores de altos cargos da administração pública nas suas realizações.

A partir de meados da década de 2000, inicia-se a segunda fase, com o fim dos fundos de transição, a redução das dotações financeiras dos fundo de coesão e as prioridades da União Europeia orientadas para os países de leste e outras direções que não já as do desenvolvimento local. A isto juntou-se a deriva neoliberal, o que fez com que todo o tecido associativo que se havia desenvolvido e crescido após a adesão do país à União Europeia tenha entrado numa fase de refluxo. Desde então as entidades agora designadas como da economia social começaram a depara-se com crescentes dificuldades finan-



ceiras e cada vez mais a ver-se sem meios humanos e materiais para continuar o seu trabalho, tal como o haviam idealizado, sentindo-se cada vez mais tolhidas pela galopante e asfixiante burocracia imposta pelos projectos e procedimentos administrativos. Por outro lado, este retrocesso acabou também por provocar uma assinalável crise de identidade e conceptual entre os integrantes dos associativismos de desenvolvimento local, rural, economia social, terceiro sector, social e solidário, etc.

A rede Animar não escapou a esta circunstância, e as consequências foram e estão a ser duramente sentidas. Houve entidades que desapareceram, outras desvincularam-se, seguindo outros caminhos, encontrando-se a maioria ocupada com a sua sobrevivência, perdendo recursos e capacidade de intervenção. Em resultado disso conhecemos tempos de vazio de direcção e de desorientação e incompreensões de natureza vária, de acusações e desconfianças, a par de empenhados esforços de alguns directores/as

para contrariar este estado de coisas.

Todas as direcções se tem debatido com duas grandes questões – para além das limitações decorrentes da sua dispersão territorial, que dificulta tanto a articulação entre os membros da direcção como a ligação destes à equipa técnica.

A primeira: como mobilizar as entidades e as pessoas associadas à rede Animar e interpretar a sua vontade e expectativas. *A segunda:* como financiar as despesas decorrentes do trabalho de animação da rede, de funcionamento das direcções, corpos sociais e equipa técnica, com instalações e equipamentos, de uma forma sustentável, sem que a Animar fique prisioneira dos projectos que lhe garantem a sobrevivência e capacidade de actuação. Ou seja, como colocar os projectos ao serviço da Animar e não a Animar aos serviços dos projectos.

Até agora não foi encontrada uma resposta minimamente satisfatória a estas questões que, pensamos, são transversais a todas as entidades da rede.

Nos últimos anos, como resposta aos constrangimentos que afectam a rede Animar e, sem excepção, toda a sociedade civil organizada, temos vindo a assistir a uma reformulação conceptual de todo o associativismo, em particular daquele ligado à animação e promoção socioterritorial, traduzido na sua crescente identificação com a economia social e solidária. Uma luta difícil, onde se movem e cruzam interesses vários, mas em que a Animar não pode deixar de estar empenhada se quiser ser reconhecida pela sociedade civil e pelo Estado como uma organização de referência na promoção do desen-

volvimento integrado, respeitando e tendo presente os diversos contextos, organizações e territórios e comunidades.

Pensamos que o futuro e a sobrevivência da Animar enquanto rede de desenvolvimento em prol da dignidade e melhoria das condições de existência das populações vai depender das respostas que forem encontradas às questões conceptuais (ideológicas), da sustentabilidade e da capacidade para se ligar aos associados e ser o seu porta-voz colectivo e institucional.

Como sempre, podem contar connosco para isso.



DESENVOLVER OU DECRESCER: ALTERNATIVAS A UM SISTEMA INSUSTENTÁVEL



Graça Rojão

*Directora da CooLabora
- Intervenção Social*

1. QUALQUER LOCAL É HOJE PARTE DA “CASA COMUM”

É hoje reconhecida a interdependência sistémica que rege a vida no Planeta: fenómenos localizados num ponto do globo podem ter repercussões em locais distintos e com amplitudes imprevisíveis – o chamado efeito borboleta. Se a Terra é a nossa casa comum, o destino que nos une não pode por isso deixar de ser colectivo.

O sistema capitalista trouxe progressos nas condições materiais de vida, pelo menos para uma parte considerável da humanidade, mas estabeleceu também uma relação depredadora com os ecossistemas colocando em causa a própria vida na terra. As alterações climáticas são uma evidência desta relação catastrófica.

Partindo do trabalho precursor de Nicholas Georgescu-Roegen em torno da lei da entropia dos sistemas, Serge Latouche é um dos autores que nos propõem uma mudança civilizacional alternativa à ideologia hegemónica do crescimento e, em simultâneo, capaz de

superar o próprio conceito de desenvolvimento e a lógica produtivista-consumista. Não se trata de um crescimento negativo nem de desenvolvimento sustentável mas sim de uma mudança radical da nossa vivência individual e colectiva através da utopia concreta, assente numa mudança civilizacional e tendo em conta os limites do nosso ecossistema que possa, através de iniciativas locais, originar ciclos virtuosos de decrescimento.¹

2. O ESTADO DO NOSSO MUNDO: DO GLOBO AO PAÍS

Num mundo cada vez mais desigual e globalizado, assistimos à degradação dos recursos naturais, à pobreza persistente e à corrosão da democracia. Não obstante a crença no progresso, não houve desenvolvi-

mento capaz de resolver a situação de cerca de 810 milhões de pessoas a passar fome no mundo (FAO 2017). Neste plano global, poderíamos falar do acesso intrincado e espinhoso a bens básicos como a água ou a saúde, pois os exemplos são abundantes. Ao nível continental, Portugal continua a ser um dos países mais desiguais da União Europeia. Segundo o INE

Entre 1500 e 1850 desaparecia uma espécie a cada dez anos, entre 1850 e 1950 já era eliminada uma espécie por ano. Em 2010 desapareciam onze espécies por dia e prevê-se que em 2020, desapareça em média uma espécie por hora. Não é, pois, possível continuarmos a defender estratégias assentes no crescimento económico, que promovem a expansão dos padrões de consumo

1) Latouche, Serge (2012) Pequeno Tratado do Decrescimento, Lisboa, Sereno Edições 70.



(2017), entre nós, a pobreza e a exclusão afectam ainda mais de 23% da população.

A este flagelo associam-se as alterações climáticas, apenas um dos sintomas da implosão civilizacional que enfrentamos. Por exemplo, a deflorestação tornou-se contínua: durante o século XX metade das florestas do planeta foram abatidas. Estima-se que anualmente desapareçam mais de 4500 espécies de organismos vivos. Dizem-nos vários/as cientistas que investigam a biodiversidade (por ex. Edison Barbieri) que, se entre 1500 e 1850 desaparecia uma espécie a cada dez anos, entre 1850 e 1950 já era eliminada uma espécie por ano. Em 2010 desapareciam onze espécies por dia e prevê-se que em 2020, desapareça em média uma espécie por hora. Não é, pois, possível continuarmos a defender estratégias assentes no crescimento económico, que

promovem a expansão dos padrões de consumo e a conseqüente delapidação dos recursos naturais a este ritmo, por uma questão muito objectiva: o planeta é finito. Não existe natureza capaz de alimentar a espiral de consumo que mata a biodiversidade e aprisiona as pessoas, em vez de as libertar. No entanto, podemos ter uma vida feliz, sem este rasto de destruição que deriva essencialmente da necessidade compulsiva de consumo.

Diz-nos Tim Jackson, no livro *Prosperidade sem Crescimento* que “A realidade desconfortável é que nos encontramos frente a um fim iminente da era do petróleo barato, à perspectiva do aumento consistente de preços de *commodities*, à degradação do ar, da água e do solo, aos conflitos do uso da terra, do uso de recursos, do uso da água e das florestas e dos direitos de pesca, e ao momentoso desafio

de estabilizar o clima global. E encaramos essas tarefas com uma economia que está fundamentalmente quebrada, necessitando desesperadamente de renovação.”² Pablo Solón, por sua vez, entende que “estamos a viver uma crise sistémica que só pode ser resolvida com alternativas sistémicas. O que a humanidade enfrenta não é só uma crise ambiental, económica, social, geopolítica, institucional ou civilizacional. Todas estas crises são parte de um todo. É impossível resolver uma destas crises sem abordar as outras no seu conjunto. [...] As estratégias unidimensionais são incapazes de resolver esta crise sistémica e, pelo contrário, correm o grave risco de a agravar.”³

Perante este quadro complexo devemos, pois, questionar até que ponto as mudanças incrementais podem contribuir para uma solução, ou se a resposta passará por uma transformação radical conducente, entre outros fins, a um outro sistema de relação com os recursos.

Temos ainda de indagar se faz sentido continuar a ver a intervenção social de forma estática e mecanicista, e, portanto, ineficaz para enfrentar os problemas. Amiúde, a acção é concretizada através de projectos de curta duração que assumem um pres-



suposto linear: face a uma situação A diagnosticada, implementando a acção B preconizada pelo projecto, irá obter-se o resultado C. Porém, esta lógica causal fechada, que se presume capaz de controlar a mudança, é geradora de muitas frustrações. Os problemas são cada vez mais complexos e sistémicos e não podem ser enfrentados com modelos de intervenção unívocos. Duncan Green sugere mesmo que, enquanto activistas, nos assumamos como jardineiros e jardineiras do ecossistema: que sejamos capazes de nutrir a mudança, de dançar com ela, coreografando-a tanto quanto possível, sem a tentarmos controlar e impor-lhe o próximo passo.⁴

2) Jackson, Tim (2013), *Prosperidade sem Crescimento: vida boa em um planeta finito*. São Paulo, Planeta Sustentável.

3) Solón, P. (2017), “Introducción”, in (Pablo Solón, Coord.) *Systemic Alternatives*, La Paz, Edición Focus on the Global South, Attac France y Fundación Solón. Disponível em www.systemicalternatives.org

4) Green, Duncan. *How Change Happens* Oxford University Press, UK, 2016. E-book



3. QUE FUTUROS ALTERNATIVOS SE DESENHAM?

Em entrevista recente, Edgar Morin apela a que resistamos às forças destrutivas que ameaçam o planeta e fala da sua esperança nas iniciativas e experiências locais que se concentram no desenvolvimento dos seres humanos como indivíduos, e também dentro de comunidades, famílias, amizades, redes, etc. Estas iniciativas afirmam outra visão do mundo. Morin considera aliás que “Resistir hoje é dizer não a uma economia descontrolada, ao fechamento em si mesmo, que

leva ao fanatismo. E isso é dizer sim à liberdade, esperança e bem-estar. Mesmo que o conceito de bem-estar se tenha deteriorado, no sentido de um foco excessivo no conforto material”.⁶

Algumas propostas alternativas à lógica assente no crescimento económico têm vindo a ganhar espaço, a inspirar iniciativas locais e a afirmar leituras do mundo mais plurais: decrescimento⁷, ecofeminismo⁸, *buen vivir*⁹, entre outras, assentam no reconhecimento de que há muitos futuros

Em suma, precisamos de ferramentas de intervenção que permitam lidar com a complexidade e a incerteza, e que adoptem lógicas flexíveis. Os sistemas são vivos, interdependentes e multidireccionais. Nesse sentido, Green considera que “olhar para o desenvolvimento como a contínua negociação do poder lança nova luz sobre o modo como mudar acontece. (...) Estudar e entender esse campo de força é uma parte essencial da tentativa de influenciar a mudança.”⁵

5) Green, Duncan. *Op Cit.*

6) Moran, Edgar (2017) “*Le bouillonnement d’initiatives est ma raison d’espérer*”, entrevista com Catherine André publicada em *Alternatives*.

7) Para saber mais sobre Decrescimento ver por exemplo Jackson, Tim (2013), *Op. Cit.*

8) Para saber mais sobre Ecofeminismo ver por exemplo Shiva, Vandana e Mies, Maria (1993), *Ecofeminism*, Fern-wood Publications, Halifax, Nova Scotia, Canadá.

9) Para saber mais sobre o Buen Vivir ver por exemplo Gu-dynas, E. (2011) *Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo*, América Latina en Movimiento, ALAI.

possíveis, como afirma Sólon: “Nenhuma das propostas, nem o *buen vivir*, nem o decrescimento, nem o ecofeminismo nem a desglobalização, nem os direitos da Mãe Terra, nem os comuns podem enfrentar sós satisfatoriamente a crise sistêmica. Todas estas propostas e muitas outras mais necessitam complementar-se para forjar alternativas sistêmicas.”¹⁰

Não parece haver caminhos únicos e universalmente válidos, já que

as alternativas são multiformes, têm sujeitos diversos, ocorrem em âmbitos temporais variados. Como afirma Mirian Lang: os seus horizontes são os “bons viveres”, no plural, contextualizados e baseados na aprendizagem colectiva, para superar não apenas o capitalismo, mas também as dimensões do patriarcado, do colonialismo e da depredação da Natureza, dimensões essas que se encontram interligadas.¹¹

Se nos detivermos nas propostas do decrescimento e no seu potencial de ruptura com as ideologias do-

As alternativas ao desenvolvimento convocam utopias que recuperam a fractura entre os seres humanos e a natureza. Estas alternativas apontam para processos que reforçam a aprendizagem e a transformação pessoal/individual, envolvem um reforço da dimensão colectiva da vida, seja através de maior enraizamento na comunidade ou de processos de participação cívica deliberativos

minantes vemos como elas são fecundas para estabelecermos relações mais harmoniosas conosco e com o mundo que habitamos. As visões do decrescimento partem de pontos distintos: da ecologia, da economia, da democracia, etc. mas sempre desafiando a ideia, cada vez mais indefensável, de crescimento contínuo num planeta finito.

Este debate remonta a 1972 e ao conhecido relatório Meadows que veio apelar à redução do consumo de recursos do planeta para estabelecer um maior equilíbrio ecológico, rompendo com a ideia

hegemónica da necessidade de crescimento económico contínuo para absorver os ganhos de produtividade. Podemos descrevê-lo recorrendo a Geneviève Azam como “um movimento social, plural e diverso, no qual convergem diferentes correntes, experiências e estratégias que procuram construir sociedades autónomas e frugais.[...] O decrescimento não é uma alternativa mas uma matriz de alternativas.”¹² Tim Jackson, na obra já referida, segue uma linha idêntica ao afirmar que “as nossas tecnologias, a

10) Solón, P. (2017), *Op. Cit.*

11) Dilger, Gerhard; Lang, Mirian e Pereira Neto, Jorge (orgs.) (2016), *Descolonizar o Imaginário. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo.*

12) Azam, Geneviève, “Decrescimento”, in Solón, P. *Op. Cit.*

nossa economia e as nossas aspirações sociais estão todas desalinhas com qualquer expressão significativa de prosperidade. A visão do progresso social que nos impele, baseada na expansão contínua dos desejos materiais é fundamentalmente indefensável. [...] Para além de um ponto, a busca contínua por crescimento económico não parece avançar a felicidade, podendo mesmo impedi-la.”¹³

4. DAS IDEIAS ÀS PROPOSTAS E INICIATIVAS EM CURSO

As alternativas ao desenvolvimento convocam utopias que recuperam a fractura entre os seres humanos e a natureza, porque somos parte integrante dela. Estas alternativas apontam para processos que reforçam a aprendizagem e a transformação pessoal/individual, envolvem um reforço da dimensão colectiva da vida, seja através de maior enraizamento

na comunidade ou de processos de participação cívica deliberativos, entre outros. Apontam ainda para um menor dispêndio de energia, pela via da “simplicidade voluntária” ou pela opção por uma vida mais frugal. Envolvem ainda de modo destacado a noção de cuidado, opondo-se à lógica economicista do patriarcado: cuidar dos ecossistemas, das pessoas e de si, ou seja, adoptam uma responsabilização individual e colectiva pelo presente e pelo futuro da vida na terra.

Identificamos em seguida algumas ideias promissoras, frequentemente coexistindo nas mesmas iniciativas, seja em processos transformadores mais integrais ou relativos apenas a um aspecto particular:

- a) Animação territorial de processos localmente enraizados, assentes no interesse comum e escrutinados publicamente, que ajudam a crescer o potencial de cada território, maximizando as oportunidades locais e a pluralidade de dimensões da vida colectiva. São iniciativas mais ecológicas, que criam respostas para as necessidades locais,

13) Jackson, Tim (2013), *Op. Cit.*



mobilizando prioritariamente os recursos de cada território e reduzem a dependência de fornecimentos do exterior;

- b) Processos de coordenação e negociação entre pessoas e organizações que aceitam a diversidade e a contradição como elementos fundamentais do processo de transformação. Nelas desenvolvem-se relações mais colaborativas entre actores de cada território, que assentam numa horizontalidade facilitadora da partilha, rentabilizando recursos e criando sinergias;
- c) Iniciativas que promovem o abrandamento dos ritmos de vida, do trabalho, do volume de consumo que encontramos em movimentos como, por exemplo, o “slow movement” com vertentes mais conhecidas como o “slow food” e o “slow travel”. Nestes movimentos o tempo é destacado como um bem precioso e raro, que tem de ser despendido com qualidade;
- d) Sendo a alimentação um aspecto-chave da nossa existência, a agricultura e a soberania alimentar são também fulcrais. Várias iniciativas promovem a autossuficiência de cada comunidade, através de práticas agrícolas capazes de estabelecer uma relação equilibrada com o meio envolvente. Essa proximidade propicia um menor consumo de recursos, nomeadamente de energia, dificulta a especulação dos preços dos produtos e reduz a vulnerabilidade dos produtores. As pequenas cadeias que criam compromissos entre produtores e consumidores, como por ex. as AMAP¹⁴, são práticas promissoras;
- e) As reconfigurações do consumo e o surgimento dos prossumidores (produtores que são simultaneamente consumidores) esbatem as fronteiras entre uns e outros e reforçam as redes de proxi-

14) Para saber mais sobre AMAP ver por exemplo <http://reseau-amap.org/amap.php>





midade locais. Também as moedas sociais são instrumentos que potenciam a economia local, valorizam outros saberes, criam relações de cooperação e facilitam o acesso a bens e serviços de pessoas que de outra forma estariam excluídas do respectivo consumo;

- f) A economia da partilha, os espaços e redes de trocas são iniciativas que têm vindo a germinar e que, se por um lado permitem reduzir o dispêndio de recursos, por outro criam novas interações e facilitam o enraizamento de cada pessoa na comunidade.

Em muitas áreas estão a nascer experiências locais que mostram que há mil caminhos e, como diz Eduardo Galeano, “Se há outro mundo possível, esse outro mundo está na barriga deste, e temos de ajudá-lo a nascer. Esse parto não vai ser fácil e para isto a energia da indignação é fundamental. (...) É como se o mundo estivesse grávido de outros ‘mundinhos’, de outros ‘mundinhos’ bem melhores que este.”¹⁵

5. O QUE TEM FEITO O MOVIMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL?

O movimento de desenvolvimento local em Portugal, com maior visibilidade depois dos anos 90, tem procurado afirmar modelos de intervenção desenhados a partir da escala local *in situ*, democraticamente participados, para fazer face a necessidades específicas e anseios identificados em cada sócio-território, para isto mobilizando prioritariamente os recursos endógenos.

¹⁵ Galeano, Eduardo (2011) Entrevista RTP 1 O Tempo e o Modo. Disponível em <http://www.rtp.pt/programa/tv/p28865/>

Nas três últimas décadas, as estratégias de valorização dos territórios pautaram-se por processos de experimentação social variados mas, em regra, muito ricos. Entre eles podemos encontrar não só ensaios de organização económica que tentam escapar ao modelo hegemónico e mas também estratégias de incitamento da participação cívica das pessoas e comunidades capazes de despoletar formas de acção colectiva mais consentâneas com a complexidade crescente dos desafios “glocais”. Por um lado, o movimento do desenvolvimento local tem procurado reinventar-se permanentemente, mas, por outro, tem sofrido um grande desgaste na sua relação controversa com um Estado centralizador. Este continua a revelar uma dificuldade notória em estabelecer com as organizações cívicas e solidárias, um diálogo livre da tentação do dirigismo e de as converter em instrumentos de execução de políticas reprodutoras de visões e mecanismos burocráticos.

6. ANIMAR: O QUE PODERÁ FAZER

No quadro do movimento do desenvolvimento local português a rede Animar destaca-se pela capacidade que tem demonstrado de unir em rede uma grande heterogeneidade de pessoas e organizações e este “capital social” é uma das suas características com maior potencial para desenhar respostas de futuro. Porém, as crises que estamos a atravessar, agravadas após 2008, desafiam-nos a recriar as estratégias de intervenção para fazer face a problemas cada vez mais complexos, a lidar com níveis de incerteza crescentes e com questões sistémicas cuja resolução se joga à escala global.

Perante este quadro, um dos grandes desafios que se colocam à rede Animar passa por buscar alternativas sistémicas e por descobrir continuamente formas de apoiar a emergência das iniciativas e também formas de as nutrir. A Animar, pela diversidade de organizações e de pessoas que integra, terá um papel fundamental na criação de espaços plurais que potenciem os efeitos transformadores e, como diria Latouche, criem ciclos virtuosos de decrescimento.



O QUE É O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A RELAÇÃO COM A ECONOMIA SOCIAL

Intervenção realizada na Sessão de Encerramento do Congresso Nacional de Economia Social

Sr. Presidente da Assembleia da República

Srs. Presidentes das Entidades de Economia Social e Membros do CNES

Srs. Presidente da Mesa do Congresso

Minhas Senhoras e meus Senhores

O movimento de Desenvolvimento Local em Portugal possui uma história iniciada em meio rural, com mais de 25 anos, ao longo dos quais foram experimentados e validados modelos de intervenção, criadas redes e estruturas, e influenciadas políticas públicas de promoção do bem-estar das comunidades locais, tendo, e muito bem, a Lei de Bases da Economia Social reconhecido as associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local (art. n.º 4, alínea f) como parte integrante da Economia Social.

A 17 de setembro de 1993, em Aljustrel, foi constituída a Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural, a primeira rede

de organizações de Desenvolvimento Local em Portugal, atualmente presente em 70% do território nacional. Somos uma rede de capacitação entre pares, de inovação social e societária, constituída pela diversidade de organizações, agentes e contextos de atuação, defensora de um modelo de desenvolvimento a partir do local, construído com base na participação, na igualdade de género, de oportunidades e de tratamento, privilegiando a solidariedade horizontal e emancipatória na promoção da coesão social e territorial.

As Entidades de Desenvolvimento Local trouxeram uma nova abordagem ao desenvolvimento, no sentido de integrar as comunidades, através de estratégias constituídas em parcerias de animação territorial em rede. Estas organizações são por excelência agentes de desenvolvimento. Contribuem para a resposta às necessidades locais, alavancando oportunidades, podendo deste modo colmatar as dificuldades dos territórios, tal como responder aos momentos de

tragédia, onde a mobilização e a cooperação emergem naturalmente. Por outro lado, conjuntamente com as restantes famílias da Economia Social, constituem um forte pilar de apoio e criação de emprego a nível local.

A Economia Social teve capacidade de crescer em contraciclo, dado referenciado na última conta satélite da Economia Social, o que significa que juntos lideramos um modelo económico resiliente, cooperativo (cooperando para competir) e de interesse comum, que não se constitui e organiza na procura do crescimento económico, mas no desenvolvimento integrado, inclusivo e sustentável. Se somos mais resilientes e capazes de crescer economicamente, em contraciclo, deveremos ser também uma referência central das políticas de desenvolvimento de âmbito nacional e europeu.

O DESENVOLVIMENTO LOCAL reforça o papel da sociedade civil no desenvolvimento do seu território, através da promoção

de uma cidadania ativa e participativa. Traduz-se assim, em lógicas de pensar, planear, atuar e avaliar a partir do local para o global. Este é um contributo fundamental das organizações de Desenvolvimento Local para a coesão social e territorial, que se projeta no futuro em 5 pilares:

1. Solidariedade horizontal e emancipatória

Construindo-se através da solidariedade comunitária, da entreajuda entre as pessoas, da sua participação nos processos de organização, planeamento e execução, refletida no trabalho em parceria e procurando respostas construídas com e para as comunidades;

2. Igualdade, coesão social e territorial

Porque acreditamos que igualdade é desenvolvimento, impulsionámos com outras entidades a implementação e comemoração do Dia Municipal para a Igualdade (24 de outubro), este ano celebrado em 80 concelhos. Consideramos que a Igualdade é um princípio base de justiça social fundamental para a coesão social.

Defendemos que a Economia Social e Solidária deverá reforçar

a sua liderança na promoção da igualdade.

3. Ambiente e casa comum

As entidades de Desenvolvimento Local assumem a necessidade de defesa do primado das pessoas e dos objetivos sociais tal como definido na Lei de Bases (art.5 alínea a), mas também que este seja concretizado com o primado da conservação e preservação da nossa casa comum, edificado através de uma visão ecocêntrica, ou seja, as pessoas como parte igual e não dominante da natureza. Propõe-se, assim, à Economia Social e Solidária que lidere e seja referência nos processos de ordenamento sustentado dos territórios, na gestão das florestas, biodiversidade e no combate às alterações climáticas.

4. Economia Solidária, Circular e Tecnológica

O modelo económico defendido pela Animar sugere uma proposta alternativa ao neoliberalismo, consolidada com base nos princípios da Economia Social e Solidária, não apenas numa versão assistencialista, mas na apresentação de outras propostas e formas de fazer economia. A Economia

Solidária articula-se com a promoção de atividades económicas, mas também com a dimensão de participação e cidadania, significa valorizar a economia enquanto híbrida e sistémica, cruzando os recursos do mercado e do estado com a reciprocidade das pessoas, seus saberes e culturas. As entidades da Economia Social e Solidária procuram outras formas de organização do trabalho, conjugando utilidade e solidariedade, corrigindo os desequilíbrios do mercado de trabalho e valorizando o voluntariado. É também na Economia Solidária que surgem os princípios base da Economia Circular – redução, reutilização, recuperação e reciclagem de produtos e energia. Defendemos também a Economia Digital e a tecnologia, embora com a devida cautela. A tecnologia deverá estar ao serviço da dignidade humana e do bem-estar social, e não da automatização (inconsciente) das pessoas. Devemos estar atentos e liderar esta preocupação.

5. Educação para o desenvolvimento

Acreditamos que parte dos problemas sociais tem origem numa forte crise de valores, pelo que exigem uma atuação

a montante. Reforçamos a importância da educação comunitária com base na coerência entre princípios e ações. Criar uma política de educação para o desenvolvimento da Economia Social e Solidária é primordial. Denotamos a contradição em promover a cooperação e a solidariedade num modelo de educação que valoriza em demasia o individual e a competição, retirando, cada vez mais, as crianças da vida quotidiana das comunidades. A rede Animar reúne um património ímpar de saberes documentados, de projetos e iniciativas com sucesso que tanto contribuíram para o desenvolvimento territorial e para uma maior coesão social, nomeadamente nos territórios mais desfavorecidos e de baixa densidade.

A IMPORTANCIA DA CONFEDERAÇÃO

As famílias da Economia Social partilham espaços de atuação que respeitam as diversidades e as especificidades de cada uma. O que as une é a mesma missão que deverá ser, cada vez mais, partilhada e plasmada em programas e propostas comuns. Encontrar um espaço privilegiado de concertação é fundamental para a conjugação

de interesses que garanta o reforço da Economia Social e Solidária enquanto pilar de desenvolvimento da sociedade portuguesa e europeia. Consideramos que, na cooperação, ninguém perde. Todas e todos temos a ganhar. A criação da Confederação Portuguesa para a Economia Social irá garantir a relação de proximidade, a participação e o reforço das várias entidades representativas da Economia Social, criando um espaço que eleva os princípios da Economia Social acima do interesse parcelar. A Animar assume a responsabilidade de o potenciar: acreditando e convergindo seremos mais eficientes na atuação e na pressão junto da administração central e local. Quem ganhará, sempre, são as pessoas!

Termino salientando o percurso realizado e as aprendizagens adquiridas na partilha de experiências, saberes e posições com os vários representantes das famílias da Economia Social que fizeram parte da Comissão Organizadora deste Congresso: CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito

Agrícola de Portugal, CCRL; CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL; CPCCRD - Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto; CPF - Centro Português de Fundações; UMP - União das Misericórdias Portuguesas; UMP - União das Mutualidades Portuguesas; e também do membro do CNES e da direção da CASES, Prof. Doutor Jorge de Sá.

Juntos dignificámos os princípios e valores da Economia Social. Agora temos de continuar o nosso trabalho com as entidades representativas da Economia Social que manifestem esse desejo, considerando e sentindo que estamos a servir e a contribuir para uma sociedade mais justa, igual e sustentável. Esta é a missão da Economia Social!

Em nome das organizações do Desenvolvimento Local
O meu sincero bem hajam!

Marco Domingues
Presidente de Direção da Animar

Lisboa, 14 de novembro de 2017

ENIND - ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO 2018-2030 – PORTUGAL + IGUAL

Contributo da ANIMAR para a Consulta Pública

Exma. Sr.^a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade
Dr.^a Rosa Monteiro,

Enquanto Presidente da rede Animar, começo por congratular o trabalho realizado no quadro da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 - Portugal +Igual, revendo-se a Animar com a globalidade da mesma.

Queremos, no quadro desta Estratégia Nacional, assumir o compromisso de reforçar um papel mais ativo junto das organizações e pessoas que compõe a nossa Rede e ser um parceiro importante na mobilização de organizações locais e de cúpula da Economia Social (com assento no CNES - Conselho Nacional para a Economia Social) para este desígnio nacional, atendendo à experiência de trabalho territorializado e em parceria que detemos no domínio da Cidadania e Igualdade reforçada por uma perspetiva de intervenção intrínseca ao desenvolvimento local, sempre integradora de várias dimensões e implicando necessariamente o

fomento da participação direta das populações e a mobilização de diferentes agentes públicos e privados.

A definição da Territorialização como dimensão prioritária da ENIND é, da nossa experiência de atuação no quadro da Cidadania e Igualdade em inúmeros projetos já implementados regionalmente e/ou ao nível nacional (como o Roteiro para a Cidadania em Portugal), uma aposta importante na mudança social e política que se pretende operar. Compreendemos que para a perspetiva de responsabilização e implementação desta estratégia são necessários recursos, sendo as autarquias entidades privilegiadas para esta atuação do ponto de vista local. Contudo, à semelhança do destaque que é realizado ao nível da Promoção de Parcerias, deveriam ser mencionadas as organizações da Economia Social como agentes estratégicos de *mainstreaming*, porque na realidade esta tipologia de organizações tem assumido e continua a assumir em muitos territórios a liderança de um trabalho territorial continuado

e substantivo nas dimensões da igualdade e da não discriminação, sendo desde há muitas décadas entidades parceiras estratégicas do Estado Central para a implementação de políticas públicas.

Não podemos deixar de manifestar o nosso descontentamento com a omissão de uma medida operacional de territorialização da política pública liderada por organizações da Sociedade Civil e suas parcerias institucionais públicas desde 2010, o Dia Municipal para a Igualdade, que tem apresentado resultados crescentes e positivos de trabalho e visibilidade da dimensão da Igualdade nos territórios, mobilizando diferentes agentes públicos e privados. Neste sentido, considera-se que esta omissão na ENIND, poderá conduzir a um enfraquecimento da participação e da consolidação dos resultados já alcançados até ao momento.

Uma outra dimensão que nos mereceu alguma reflexão passou pela grata constatação de que a Estratégia prevê uma revisão periódica e definição de

responsabilidades.

Consideramos, contudo, que a presente Estratégia é demasiado omissa quanto à dimensão da definição de indicadores de resultado e/ou impacto e de descrição do processo de monitorização de resultados, muito embora esteja referido que estas dimensões são expectáveis ser realizadas pela CIG em articulação com a Comissão de Acompanhamento durante o ano de 2018. Seria importante que a Comissão de Acompanhamento tivesse as competências de monitorização e outras, expressas de forma mais clara na Estratégia. Reforçar a dimensão de uma avaliação de impacto, em que seja mensurável as metas e indicadores propostos, contribuirá de forma efetiva para a mudança que se pretende operar, sendo a nosso ver um valor acrescentado e uma garantia de eficiência e eficácia da Estratégia.

Não podemos deixar de ressaltar que as entidades da Economia Social estão subrepresentadas na Comissão de Acompanhamento em relação às organizações estatais, pelo que seria útil poder reforçar-se a sua presença por áreas de especialização (organizações de autorrepresentação, organizações dos Direitos das

Mulheres, organizações de representação de minorias, organizações de apoio a vítimas, organizações de cúpula e com expressão territorial dispersa e transversal, etc.), reforçando uma perspetiva de paridade e de participação ativa responsável neste domínio da política pública.

No sentido de possibilitar às Organizações da Economia Social uma maior interação e construção de valor acrescentado coletivo e de reforço de posições da Sociedade Civil organizada nas dimensões da Igualdade e não Discriminação, e mediante os resultados alcançados pelos Grupos de Trabalho do Roteiro Cidadania em Portugal, propomos que se equacione a continuidade da alocação de recursos a estes grupos de trabalho multitemáticos, multiterritoriais/multiescala e multissetoriais, com objetivos transversais e complementares à Estratégia, com funcionamento autónomo e independente e de acordo com as necessidades. A dimensão estratégica das parcerias também contida na Estratégia, é sem dúvida uma mais-valia e poderá alavancar um trabalho mais consequente ao nível territorial, por exemplo por via da organização de ações e políticas regionais neste domínio, conforme proposta já

apresentada pela Animar em junho de 2017, onde processos regionais de articulação entre autarquias, organizações da economia social e empresas (ao nível local) e as CIM - Comunidades Intermunicipais (ao nível regional), poderiam fazer convergir um conjunto de agentes públicos e privados com e sem fins lucrativos e gerar compromissos regionais com metas concretas no domínio da Cidadania e Igualdade em contextos de parcerias mais alargadas e com massa crítica para fazer vingar estratégias regionais que em muito apoiariam a dimensão concelhia em que neste momento a ação está ancorada, conferindo-lhe a possibilidade de uma maior partilha e alocação de recursos. No documento em análise, ao nível das entidades envolvidas ou parceiras identificam-se em inúmeros pontos as organizações sem fins lucrativos com a referência de ONG, havendo a necessidade de um reforço da coerência da ENIND com os conceitos definidos pela Lei de Bases da Economia Social (http://www.cases.pt/wpcontent/uploads/Lei_de_Bases_ES.pdf), que determina o Setor com a Designação de Economia Social e no seu artigo 4º determina a designação de organizações da economia social, não obstante

os estatutos que adicionalmente venham a ser requeridos – ONGD, ONGA, ONGM, etc. Será importante que se tenham em consideração como parceiros sociais e como entidades representativas da Economia Social (em detrimento da designação de entidades representativas do sector social onde só se consideram algumas das organizações da Economia Social), todas as entidades com assento no CNES - Conselho Nacional para a Economia Social no qual se inscrevem a Animar, a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, a CPCCRD - Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, o CPF - Centro Português de Fundações, a CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, a União das Mutualidades Portuguesas e a União das Misericórdias Portuguesas, podendo estas pela sua missão de representação das organizações da Economia Social ter um papel importante de *mainstreaming* e de ativação da ENIND. Estas entidades de cúpula representam organizações que contribuem

para 6% do emprego nacional e 2,8% do VAB, pelo que são também um parceiro importante nas dimensões do trabalho e política económica, entre outras.

Recomenda-se com vista ao reforço de uma perspetiva inclusiva, que a ENIND estivesse ainda que forma sintética disponível em braille e áudio.

Comentando as Medidas do Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (2018/2021) - PAIMH, gostaríamos de tecer as seguintes considerações:

- Dentro das medidas previstas para o objetivo OE1, poderiam estar evidenciadas medidas específicas para organizações da Economia Social e para o sector empresarial que não se integram na indústria 4.0;
- No objetivo OE2, a medida “Criar uma plataforma de monitorização e implementação da Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e nas Empresas (e.g, da Lei 62/2017, 1 de agosto)”, faria mais sentido estar integrada no objetivo do OE1, uma vez que se relaciona com Garantir a participação plena e igualitária no mercado de trabalho. O mesmo se aplica à medida “Rever a legislação do trabalho doméstico à luz da Convenção n.º 189 da OIT e promover a melhoria das

condições do trabalho de limpeza e de cuidado e reforçar a literacia de direitos junto das trabalhadoras, designadamente migrantes.”;

- No objetivo OE2, a medida “Melhorar as condições de acolhimento e a intervenção junto das raparigas em centros educativos”, a nosso ver concorreria de forma mais específica para o objetivo OE3;
- No objetivo OE2, seria pertinente considerar unidades territoriais mais micro, ao nível das freguesias, enquanto espaços de cidadania de maior proximidade e tendo em conta os contextos de muitos municípios com uma vasta área territorial;
- No objetivo OE3, seria importante incluir medidas dirigidas para as Escolas Profissionais e Ensino Secundário. Também no quadro objetivo seria pertinente incluir formação para professores/as no ativo em vários níveis de ensino em escolas públicas e privadas;
- No objetivo OE3, seria interessante poder perspetivar medidas que incluam escolas confessionais de minorias étnico religiosas;
- No objetivo OE4, seria importante uma medida que tivesse em consideração a articulação com entidades reguladoras internacionais (UE,

ONU...) para que possa haver IMH na comunicação via internet;

- No objetivo OE5, seria importante incluir medidas de discriminação positiva para com mulheres idosas (muitas com pensões sociais e em situação de isolamento/solidão), por terem experienciado circunstâncias de desigualdade IMH ao longo da vida e para mulheres ativas que auferem rendimentos baixos (não em exclusivo as estrangeiras/descendentes) e que não têm apoio para a conciliação entre a vida profissional e familiar.

Contou e continuará a contar com a Animar e a sua REDE para o desígnio nacional subjacente a uma Estratégia de Igualdade e de Não Discriminação, partilhando certamente o desejo coletivo que a mesma seja um sucesso.

Com os melhores cumprimentos
Marco Domingues
Presidente da Animar

ESTATUTO DA PEQUENA AGRICULTURA FAMILIAR

Contributo da Rede Animar

O Estatuto da Pequena Agricultura Familiar (EPAF) encontra-se em consulta pública até ao dia 31 de janeiro de 2018. Trata-se de um projeto de Decreto Lei que visa regulamentar a Pequena Agricultura Familiar, produzido por uma Comissão Interministerial para a Pequena Agricultura Familiar, criada através do Despacho n.º 7423/2017, de 4 de Agosto, visando responder aos principais desafios e reforçar as potencialidades desta importante modalidade de organização de atividades produtivas, de gestão do ambiente e de suporte da vida social, nos espaços rurais do nosso país.

De acordo com a nota explicativa da consulta pública o Governo, reconhecendo a importância da pequena agricultura, avançou já com um conjunto de medidas no quadro da Política Agrícola Comum, nomeadamente, o aumento do montante forfetário de pagamento anual, a criação do Pagamento Redistributivo e as alterações nos apoios aos Pequenos Investimentos nas

Explorações Agrícolas do Programa de Desenvolvimento Rural Continente (PDR 2020). Admite-se, no entanto, ser necessário complementar estas medidas, nomeadamente, através da criação do Estatuto da Pequena Agricultura Familiar, contribuindo para que os diversos territórios rurais possam ser exemplos positivos da sua indispensável valorização, numa ótica de sustentabilidade e do reforço da coesão social e territorial.

Neste quadro, há necessidade de promover um esforço institucional público de discriminação positiva, não só através de políticas sociais redistributivas, mas sobretudo da sua inclusão ativa em intervenções promovidas por políticas públicas de desenvolvimento.

Assim, importa distinguir a especificidade da Pequena Agricultura Familiar nas suas diversas dimensões, criando um estatuto que a reconheça e valorize através de adoção de medidas de apoio específicas a aplicar preferencialmente ao nível local para atender à diversidade de estruturas e de realidades agrárias bem como aos constrangimentos e potencial de desenvolvimento de cada território.

O documento apresentado refere a necessidade de promover o esforço institucional público de discriminação positiva, não só através de políticas sociais redistributivas, mas sobretudo de inclusão ativa em intervenções promovidas pelas políticas públicas de desenvolvimento. Neste sentido, e como é também referido, verifica-se que a nível internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a sua Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO), o Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros da União Europeia e a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) têm promovido um amplo debate e reflexão sobre o papel da agricultura familiar nas economias locais e regionais, as diferentes funções que a mesma assume e os valiosos bens públicos e serviços que, em geral, presta. Para, partindo deste pressuposto, elencar um conjunto de mediadas necessárias à valorização deste tipo de explorações agrícolas. Reconhece ainda que as atividades da agricultura, produção animal, floresta, caça, pesca e atividades dos serviços que estão diretamente relacionados com a pequena agricultura familiar são determinantes, em grande parte

do território nacional, assumindo relevância na produção, no emprego, na preservação do ambiente e da biodiversidade, bem como, garantindo uma presença em muitas áreas do interior, o que torna imperioso estabelecer políticas públicas que reconheçam e potenciem essa contribuição da pequena agricultura familiar. Desde os anos 60 que a pequena e a muito pequena agricultura são vítimas de políticas agrícolas dirigidas exclusivamente às explorações competitivas, à exceção do programa AGRIS – Ação 1 - Pequena Agricultura do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006), que teve um importante papel no apoio à pequena agricultura. Assim, e face ao corrido no nosso país, no ano de 2017, congratulamo-nos por esta iniciativa do Governo que visa criar condições para a valorização deste tipo de agricultura tão importante para a ocupação do nosso território, cujo contributo para a economia e criação de emprego local é indiscutível. Contudo, atentos à proposta de Decreto Lei apresentada, gostaríamos de deixar alguns contributos mais específicos para reflexão, passando agora a uma análise mais detalhada acerca dos artigos que nos

parecem mais suscetíveis, tendo em vista a maior abrangência por parte deste diploma:

Artigo 3º - Definições de acordo com dados publicados no Inquérito às Explorações Agrícolas 2016.

Podemos verificar que mais de 86,16% dos pequenos e muito pequenos produtores ficam fora do Estatuto da Agricultura Familiar. Assim, atentos aos objetivos previstos no Artigo 2º, consideramos ser crucial que as definições aqui apresentadas estejam de acordo com as medidas atuais existentes e que preveem uma maior abrangência/integração dos/as pequenos produtores/as, em alguns casos, verificando-se mesmo a integração de nanoprodutores/as. Por nanoprodutores/as entende-se o desenvolvimento de práticas colaborativas que envolve pessoas ou entidades que dispõem até duas pessoas, que interagem e cooperam entre si e por via desta prática de empreendedorismo resulta a emergência de novos produtos locais.

Artigo 5º - Requisitos para o reconhecimento da alínea c) do Artigo 5º da proposta de Estatuto da Pequena Agricultura Familiar. Os requisitos para o

reconhecimento obrigam a que o/a responsável da exploração agrícola tenha um rendimento coletável inferior ao valor enquadrável no 2.º escalão do IRS, proveniente, no mínimo em 50%, da atividade agrícola. Sendo que num Universo de 246.149 explorações, a maioria, cerca de 193.395 explorações, têm um rendimento proveniente principalmente de fora da exploração. Ou seja, do universo das explorações agrícolas classificadas como pequenas e muito pequenas pelo INE, as que apresentam um Valor de Produção Padrão Total abaixo de 25 mil euros, apenas cerca de 18% das explorações reunirão condições para ser abrangidas pelo presente diploma, sendo que apenas 46.585 apresentam rendimento proveniente principalmente ou exclusivamente da exploração agrícola.

De acordo com dados do Recenseamento Agrícola do INE, o peso das explorações agrícolas com rendimentos, principalmente de origem exterior à exploração, tem vindo a aumentar e esta tendência deverá manter-se.

Em 1989 eram 59,8%, em 1999 67,8% e em 2009 82%.

A importância das pensões e reformas, naturalmente relacionada com a idade avançada da população agrícola,

no rendimento do agregado doméstico do/a produtor/a é muito elevada. Praticamente 2/3 dos agregados domésticos do/a produtor/a declararam receber pensões e reformas, ao passo que 7,1% afirmaram complementar o seu rendimento agrícola com outra atividade empresarial.

Outro dos fatores de exclusão é o valor da declaração de IRS. O segundo escalão de IRS para 2018 será entre 7.091 euros a 20.261,00. Se o EPAF só admite responsáveis de pequenas explorações com rendimento coletável inferior ao valor enquadrável no segundo escalão do IRS, significa que apenas titulares de rendimentos abaixo de 7.091 euros se poderão enquadrar no presente diploma. Não é correto fazer depender o acesso ao estatuto de artesão/ã o estar coletado nas finanças. Na proposta de estatuto tudo depende da declaração de IRS.

I. Se o agricultor familiar for empresa então, nesse caso, prevaleceria o IRC, com os limites previstas na proposta de estatuto.

II. Note-se que muitos/as agricultores/as não se coletarão porque não efetuam vendas ou as suas vendas não são significativas, ficando assim fora do acesso ao estatuto.

Por outro lado a alínea b) do mesmo artigo impõe como requisito que o responsável pela exploração agrícola resida no concelho ou concelhos limítrofes, do local onde se encontra o assento de lavoura, o que limita ainda mais o universo das explorações a ser abrangidas pelo presente Estatuto. Este requisito conduzirá, também, à exclusão das políticas agrícolas um universo significativo de explorações geridas e mantidas por pessoas que vivem nas cidades e que mantêm segunda habitação nas suas terras de origem, para onde se deslocam nos períodos de descanso, nomeadamente fins-de-semana e feriados.

III. Se para a GNR basta uma declaração das finanças para se provar que o que se transporta é de produção própria, também deveria ser suficiente a Junta de Freguesia atestar da condição de agricultora familiar.

Porém, o mais grave é que acaba por excluir todos ou quase todos/as os/as pequenos/as e nano-agricultores do Norte e Centro do país, uma vez que o previsto na alínea a) do ponto 2 do Artigo 5º impõe como critério que o reconhecimento só é válido se a exploração

se situe em prédio rústico ou misto inscrito no registo, na matriz e no cadastro prediais. Sabemos que a maioria, senão a totalidade, dos prédios rústicos que constituem as pequenas e muito pequenas explorações agrícolas familiares não têm cadastro. Ora, através desta alínea, o Governo exclui deste Estatuto todas as explorações localizadas a Norte do Tejo. O Cadastro deverá ser incentivado por outras formas que não a exclusão dos produtores deste Estatuto que, a ser concretizado, poderá vir a ser da maior importância para a valorização, que se impõe, dos territórios do interior e a prevenção dos incêndios florestais e rurais.

Artigo 6º - Direitos da Pequena Agricultura

Gostaríamos de ver espelhados neste diploma um conjunto de indicadores e metas temporais, que permitam, posteriormente, aferir os resultados desta medida, evitando assim, “*a posteriori*”, a regulamentação discricionária decorrente desta proposta.

O Estatuto da Pequena Agricultura Familiar deve ser desenhado de forma a incluir todas as explorações agrícolas que apresentem uma Dimensão Económica abaixo de 25 mil euros de Valor de Produção

Padrão Total, independentemente da origem dos rendimentos, do valor da declaração do IRS dos respetivos titulares e da residência principal do responsável pela exploração. Poderá incluir-se um ponto que permita excluir dos direitos previstos na alínea m) do Artigo 6º os agricultores que descontem para a Segurança Social por outras atividades. Ou seja, que só os agricultores a tempo inteiro beneficiem do regime previsto nesta alínea (a) (regime de segurança social mais favorável). Em suma, gostaríamos que todos os direitos previstos no EPAF fossem regulamentados no prazo de seis meses a contar da data de entrada em vigor do respetivo Decreto-lei, de modo a garantir que todos os objetivos nele enunciados serão efetivamente assegurados.

Artigo 10º - Comissão Nacional da Pequena Agricultura Familiar

Atendendo à relevância da Pequena Agricultura Familiar para o desenvolvimento dos territórios, nomeadamente no que respeita à produção e consumo local, emprego, preservação do património, ambiente e biodiversidade, e ao seu impacto num conjunto de associações de desenvolvimento

local com intervenção em espaço rural e nas cooperativas de produtores, gostaríamos de propor a integração da Animar na Comissão Nacional da Pequena Aquicultura Familiar, à semelhança de outras entidades às quais reconhecemos legitimidade para integrar esta Comissão, tal como a BALADI - Federação Nacional dos Baldios, pelo seu apoio aos baldios e às pequenas explorações agrícolas familiares. De um modo geral, consideramos que só assim poderemos valorizar o conjunto das pequenas e muitas explorações agrícolas, que em Portugal correspondem a cerca de 88,4% do total, tão essenciais na gestão do território, preservação da biodiversidade, ambiente e garantia da soberania alimentar. O estatuto não deve excluir mas sim tentar integrar todas as modalidades de agricultura familiar.

A Direção da Animar



Agência de Inovação Social da Rede Animar para a Economia Social e Solidária

A Agêncianimar.COM foi criada e desenvolvida enquanto mecanismo de reconhecimento e referência de práticas, de iniciativas e de promotores da qualificação das entidades da economia social pela Animar, em parceria com a Cooperativa SEIES, EcoGerminar e Aliende.

Recentemente, a Animar reformulou completamente a página electrónica da Agêncianimar - Agência de Inovação Social da Rede Animar para a Economia Social e Solidária (<http://agencianimar.com/>), que aparece agora com um novo e mais apelativo arranjo gráfico, novas funcionalidades e conteúdos.

Ao remodelar profundamente a sua página a Agêncianimar quis ir ao encontro dos anseios manifestados em diversas ocasiões pelos associados da Animar, disponibilizando-lhes um espaço de divulgação, não só das suas actividades mas, principalmente, dos seus produtos e serviços.

Assim, foi criado um espaço destinado à divulgação dos produtos e serviços dos associados da rede Animar, designado por CATÁLOGO / Produtos e Serviços, que pode ser por eles carregado. Para tal, os associados devem aceder à página e criar uma conta de utilizador (no item CATÁLOGO / Produtos e Serviços).

Este espaço funcionará como um meio de divulgação, promoção e comercialização dos seus produtos e serviços, bem como de práticas e redes formais e informais animadas pelos associados e vocacionadas para estas actividades.

Na página da Agêncianimar poderão ainda encontrar notícias e informação variada sobre o que vai acontecendo na área da Economia Social e Solidária no nosso país.

